

EDITORIAL

IMPULSIONAR A LUTA PELA LEGALIDADE DO P.C.B.

O movimento nacional pela legalidade do Partido Comunista do Brasil adquire agora um vigoroso impulso. O pedido dirigido ao Tribunal Superior Eleitoral no sentido de ser reconsiderada a sua decisão inconstitucional cassando o registro do P.C.B., eleva a um novo nível a luta do povo brasileiro em defesa das liberdades democráticas.

A legalidade do Partido Comunista é uma profunda aspiração do proletariado e das massas populares, uma exigência indeclinável de todos os patriotas e democratas. Milhões de brasileiros compreendem com uma clareza cada dia maior que o funcionamento legal do Partido de Prestes é um imperativo da luta para libertar o Brasil do jugo asfixiante dos monopólios norte-americanos. Os trabalhadores das cidades e do campo, sobre os quais se abate a política de fome de Vargas e a crescente exploração dos latifundiários e dos grandes capitalistas, sabem que a legalidade do partido da classe operária é uma condição importantíssima para conquistar as suas reivindicações econômicas e políticas. Os amplos setores de nossa população interessados no progresso do país, na defesa de indústria nacional e na elevação do nível de vida do povo brasileiro, cada dia que passa se convencem de que os seus legítimos interesses serão defendidos em circunstâncias muito mais favoráveis, uma vez que possui o P.C.B. atuar na vida política nacional em condições de plena legalidade. A exigência de que seja reconhecida a existência legal do P.C.B. é, enfim, uma reivindicação de envergadura nacional, uma exigência que se identifica perfeitamente com os mais altos interesses da nação brasileira. Contra essa incontestável aspiração das grandes massas, ousa colocar-se apenas uma insignificante minoria de reacionários, repetindo num simples e odioso eco o que ouvem dos seus amos, os imperialistas ianques.

Explica-se por isso a crescente amplitude que adquire em todo o país o movimento pela legalidade do Partido Comunista. Destaque especial deve ser dado às incisivas declarações, prestadas nos últimos meses, à imprensa democrática por muitas dezenas de parlamentares brasileiros.

Homens de todos os partidos e de opiniões políticas as mais diversas, concordam plenamente em que é inadmissível permanecer o Partido Comunista por mais tempo compelido a atuar na clandestinidade, apenas porque assim exigem os imperialistas norte-americanos e às suas ordens se curva o governo servil de Vargas. Como fruto desse amplo movimento de opinião, já se noticia que será apresentado no Senado, proximamente, um projeto autorizando o T.S.E. a aceitar o registro eleitoral do P.C.B.

Mas, apesar dos êxitos até aqui alcançados, não se pode perder de vista que a luta pela legalidade do Partido Comunista é uma parte decisiva da luta pelas liberdades democráticas, ao mesmo tempo que é um aspecto do combate patriótico contra o imperialismo e a política de traição nacional e esfomeamento das massas, levada à prática pelo governo de Vargas. Isto quer dizer que a vitória nessa luta só poderá resultar de uma poderosa mobilização das grandes massas de nosso povo, principalmente da classe operária. Torna-se, por isso mesmo, urgente essa mobilização de milhões de brasileiros, que ergam com firmeza a bandeira da legalidade do P.C.B. e a conduzam para a frente, até esmagar a desesperada resistência que os traidores da pátria ousam antepor a esta profunda aspiração nacional.

Que fazer, portanto, para conquistar a legalidade do Partido que aponta ao povo brasileiro o caminho da salvação da pátria? Intensificar, mais e mais, a atividade junto a todas as camadas do povo, utilizando para isso as mais diversas formas de luta, desde os simples abaixo-assinados até os grandes comícios e as demonstrações que reúnem massas compactas do povo e empolguem de fato a opinião nacional.

Não existe, hoje, outro meio mais eficaz de lutar pela legalidade do P.C.B. do que a participação de maneira ativa na atual campanha eleitoral e nas próximas eleições. É esta, sem nenhuma dúvida, uma das melhores formas que têm hoje os comunistas de se dirigirem às massas de milhões de brasileiros, fazendo-lhes ver a necessidade inadiável de ser reconhecida a existência legal do Partido Comunista. Trata-se, pois, de não permitir qualquer perda de tempo na realização das tarefas indicadas por Prestes em sua última entrevista. Abrir novos e novos postos eleitorais, lançar a propaganda das candidaturas democráticas, realizar o maior número de caravanas eleitorais, comícios, palestras, etc., discutir com milhões de brasileiros o Programa do P.C.B., estruturar a ampla coligação das forças patrióticas e democráticas — são tarefas que se revestem de uma importância excepcional, uma vez que o seu cumprimento com êxito vai determinar, indubitavelmente, a conquista de marcantes vitórias do povo no caminho para a libertação nacional.

Lutar em todos os terrenos pela legalidade do P.C.B., lançando-se com redobrado ardor e entusiasmo na campanha eleitoral — eis o que reclamam dos comunistas e de todos os sinceros patriotas os supremos interesses do povo e da pátria.



MENSAGEM DE PRESTES A WILHELM PIECK

Por motivo da realização do IV Congresso do P.S.U.A. Luiz Carlos Prestes enviou ao presidente Wilhelm Pieck a seguinte mensagem:

WILHELM PIECK — BERLIM

O Partido Comunista do Brasil saúda calorosamente o IV Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha. Acompanhamos com fraternal interesse a luta dos camaradas pela paz e pela unificação da Alemanha, valiosa contribuição ao fortalecimento do campo democrático, sob a direção da gloriosa União Soviética.

Desejamos aos queridos camaradas o melhor êxito na realização do IV Congresso.

a) LUIZ CARLOS PRESTES

VOZ OPERÁRIA

N.º 255 ☆ Rio de Janeiro ☆ 3 de Abril de 1954

Encontro Para o Alívio Da Tensão Internacional

AMPLA APOIO, NO BRASIL, À INICIATIVA DO CONSELHO MUNDIAL DA PAZ (Leia na Pág. Central)

No mundo de hoje, tão cheio de incompreensões e ameaças de guerra, torna-se imperiosa a união de esforços de todas as organizações e personalidades representativas dos meios culturais, políticos, econômicos, religiosos, etc., de cada país, no sentido do alívio da tensão internacional, anelo comum dos povos.

Essa união de propósitos deve partir do mais amplo confronto de todos os pontos de vista daqueles que estejam interessados na salvaguarda da Paz. Apoiamos, assim, a idéia de um ENCONTRO PARA O ALÍVIO DA TENSÃO INTERNACIONAL, em que possam ser expressas, aberta e francamente, as opiniões dos que representarão a vontade de paz dos povos e sejam encontradas as possíveis soluções dos graves problemas que põem em risco a paz em nossos dias.

AGUARDEM NOSSA

PRÓXIMA EDIÇÃO :

— Ampla, completa e documentada reportagem sobre a CONVENÇÃO DE LA EMANCIPAÇÃO NACIONAL.

— Suplemento especial sobre a participação do povo nas próximas eleições

LEIA NESTE NÚMERO :

- A ameaça atômica não deterá os povos (2.º pag.)
- Não pode haver democracia sem a legalidade do Partido Comunista do Brasil (Página central)
- Por que a velha China não podia industrializar-se? (9.º pag.)
- Lutar pelo novo salário-mínimo é lutar contra a fome (11.º pag.)



O cliché reproduz uma gravura do PINTOR ORTEGA, representando o terror na Venezuela. Vários milhares deles foram impressos e distribuídos por ocasião da Conferência de Caracas

Liberdade Para Jesus Faria

UM terror sanguinolento sacrifica em benefício do imperialismo norte-americano os mais dignos filhos da Venezuela, aqueles que não se conformam em ver sua pátria oprimida pelos estrangeiros, e a supressão completa das liberdades democráticas.

Milhares e milhares de cidadãos jazem nos cárceres, privados de quaisquer direitos, ou são torturados bestialmente pela polícia política que é o órgão mais importante da ditadura fascista de Pérez Jimenez.

A Venezuela é um país rico, mas brutalmente explorado pelos monopólios ianques e pelo regime imperante que se apoia nos latifundiários e nos grandes capitalistas traidores que se associaram ao estrangeiro saqueador. Tornou-se para sua desgraça o principal fornecedor de petróleo aos Estados Unidos que dela retiraram, em 1952, lucros equivalentes a 329 milhões de dólares. Agora, a tragédia do petróleo vem agregar-se a do ferro, que também está sendo entregue aos multimilionários de Wall Street. Enquanto isso, grassa a fome em todo o país e essa nação de territórios tão férteis é, pela falta de alimentos, o maior importador de leite em pó de todo o mundo.

Para manter-se no poder os traidores venezuelanos usam as formas mais brutais de repressão às massas. Todos os partidos democráticos estão postos fora da lei, e o movimento operário e camponês é perseguido sem quartel. É frequente que dos cárceres sejam retirados no decorrer da noite combativos dirigentes da classe operária e do povo, para sofrerem toda sorte de torturas ou serem assassinados pelos sicários que governam o país. Assim ocorreu, por exemplo, com Rufino Mendoza, morto a baionetadas porque recusou a deixar-se tirotear pelas costas.

Entre todos, porém um homem simboliza a resistência venezuelana aos agentes estrangeiros que se apossaram do poder desde o golpe de Estado de novembro de 1948: esse homem é Jesus Faria, conhecido em toda a América pelo ardor com que se dedica à libertação de sua pátria. Jesus Faria é o provado dirigente comunista, o

organizador e orientador das greves desencadeadas na indústria dos trustes de petróleo em 1936 e 1950, e o vice-presidente da Confederação dos Trabalhadores da América Latina. As massas fizeram-no senador. Mas, desde 1950, Pérez Jimenez o mantém preso em San Juan de los Morros e conspira contra sua vida. O amor de seu povo e a solidariedade internacional é que impediram até agora que o crime hediondo fosse perpetrado.

Em maio próximo completam-se quatro anos de prisão ilegal de Jesus Faria, que a firmeza revolucionária transformou em patrimônio de todos os povos latino-americanos. Que se redobrem, constante, os esforços para salvar-lhe a vida ameaçada e restituir-lhe a liberdade. Que em nossa pátria, como acontece em outros países do continente, multipliquem-se os protestos para obter esse objetivo de todos os democratas da América Latina: LIBERDADE PARA JESUS FARIA!

Em Caracas

O Melancólico Desfecho De Uma Grande Farsa

MONOTONAMENTE, como uma festa que se acaba quando os convidados já se enfadaram, encerrou-se no dia 28 a Conferência de Caracas. Seus resultados gerais já eram esperados: tratou-se de uma reunião dominada em sua maior parte pela diplomacia norte-americana que visava, a par de novas concessões, econômicas, políticas e culturais, assegurar um domínio ainda maior sobre os países latino-americanos.

Pode-se dizer que o Departamento de Estado, apesar de todos os esforços nesse sentido, não conseguiu assegurar-se o triunfo completo que desejava. A principal resolução imposta pela diplomacia ianque, a referente ao comunismo internacional, «merito pretexto para a intervenção sem quaisquer rebuços em todos os países do continente, só passou a força, com o voto contrário da Guatemala, e sem a anuência da Argentina e do México. Como se sabe, alguns de seus dispositivos foram aprovados por diferença escassa, sendo o número de vontantes a favor, mais reduzido do que os daqueles que se manifestaram contra eles ou preferiram a atitude de abstenção.

É característico do desprestígio daquela principal resolução intervencionista o fato de não ter sido possível nem ao menos crismá-la de «Resolução de Caracas», apesar da insistência, nesse sentido, da própria ditadura de Pérez Jimenez. Delegados como o do Uruguai declararam que a resolução anti-comunista não era digna de receber o nome do berço de Bolívar. Que apesar disso tenha votado por ela é uma outra história.

De fato, a nota dominante na Conferência foram as contradições cada vez mais profundas entre os Estados Uni-



pouco o barão posto à ganta de seus países pelos monopólios americanos. É claro que para delegados de governos vende-pátrias o alívio econômico que desejam se resume em apenas preços um pouco mais altos para certos produtos e não em medidas que realmente visem a libertação de seus povos, que traem. Mas isso não diminui a importância das divergências evidentes, que se manifestaram às vezes com maior vivacidade que os próprios «acórdos» solememente proclamados.

Isso não quer dizer absolutamente que, em Caracas, não tenha sido, ao mesmo tempo, aberta a porta para novas concessões. A Comissão Econômica aprovou, entre outras, uma recomendação para que seja mantido o «clima favorável» à colocação de capitais privados nos países latino-americanos. Outras recomendações e resolu-

ções foram adotadas quanto à coordenação das economias nacionais em benefício da máquina de guerra dos Estados Unidos. Não resta dúvida, porém, que os assuntos mais agudos da esfera econômica tiveram de ser aditados, porque não foi possível conciliar suficientemente os pontos de vista adversos. Daí que seu debate fosse transferido para o fim do ano, quando se realizará no Rio de Janeiro uma Conferência dos Ministros da Fazenda.

Não pode passar despercebido o fato de que os países latino-americanos se manifestaram praticamente em bloco contra as restrições feitas pelos Estados Unidos às importações de matérias-primas que eles exportam sendo geralmente contrários ao lançamento dos produtos americanos do mercado mundial onde concorrem com os latinos americanos sem contar com a crítica pela melhoria dos preços de importações de matérias-primas e outros produtos (café, ferro, café, etc.) feriu mesmo os aliados mais moncos. Como as diferenças antagônicas entre as nações latino-americanas e o imperialismo ianque decorrem das próprias condições objetivas, está claro que as contradições não vão diminuir nos próximos meses.

Nesse ambiente a Declaração de Caracas aprovada por unanimidade limitou-se a um ditirâmbo platônico bastante flexível para encobrir as contradições. Apesar dos assassinatos atômicos de Washington, até os sérios de facção, da categoria dos Somoza ou dos Trujillo.

Não cabe comentar aqui o ridículo de declarações aprovadas como aquela em que os governos de latifundiários recomendam «reformas agrárias» ou a outra em que se manifestam favoráveis ao direito de voto aos analfabetos, embora, cuidadosamente, defendam em seus países a ferro e fogo os grandes proprietários de terras e castiguem implacavelmente os alfabetizados e os analfabetos que pretendam exercer livremente seus direitos políticos mais elementares.

Caracas, é certo, como tantas outras conferências de seu estilo, entrará dentro em pouco no rol do esquecimento. Mas as dificuldades que os povos latino-americanos erguem dia a dia no caminho dos agressores ianques e que se manifestaram mesmo nos balbucios de diplomatas desnacionalizados, essas, crescerão sempre mais, em todo o continente, à medida que nossas pátrias forem partindo as cadeias que lhes forjaram os escravocratas do dólar.



A Ameaça Atômica Não Deterá os Povos

PESCADORES nipônicos, em pacífico trabalho, foram atingidos pelos efeitos da bomba atômica explodida pelos militaristas ianques, a centenas de milhas de distância. Cientistas americanos trataram de examinar as vítimas. Mas não se tratava de um movimento de solidariedade humana, com o objetivo de curá-los tão rápido quanto possível. Como os monstros nazistas observavam suas vítimas inoculadas de toda espécie de germes e bacilos, assim os «cientistas» dos serenos armados norte-americanos observavam as novas cobaias involuntárias, ocasionadas pela explosão de 1.º de março. Além dos pescadores japoneses, mais 300 pessoas sofreram os efeitos danosos das radiações.

O espectro das destruições atômicas que os trustes americanos, os herdeiros de Hitler, fizeram surgir com as explosões de Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945, tornou-se, agora, mais terrível. As novas armas experimentadas são, várias vezes mais poderosas que as utilizadas anteriormente. Tão mais poderosas que se medem em megatons, equivalendo um megaton a um milhão de toneladas de TNT. Por isso seus efeitos se fizeram sentir a tão grande distância. Mas, para abril, esperam-se novas experiências, com armas de maior potencialidade ainda, capazes de arrasar nações inteiras.

O perigo da destruição atômica de imensos tesouros da civilização, a liquidação em massa de milhões e milhões de seres humanos, existe. Ele é palpável e visível a cada instante, nas declarações dos militaristas de Washington, nas verbas, cada vez maiores, votadas, em Washington, para os armamentos de destruição em massa, na política que vise a

atemorizar todos os povos fracos com a arma de terror posta nas mãos de políticos em desespero com a própria e inevitável bancarrota.

Por que existe tal perigo? Por que a humanidade, que se apossou de forças capazes de levá-la a um nível de prosperidade jamais imaginado, tem diante de si uma ameaça que pode fazê-la retroceder por séculos? Porque existe a política imperialista norte-americana. A ameaça atômica é a ameaça americana, pois é o governo ianque o responsável pelo lançamento das únicas bombas atômicas já lançadas sobre seres humanos, porque é ele que se recusa, há nove anos, a aceitar qualquer acordo que proíba a fabricação e o uso desses engenhos de morte. Porque é ele que, ainda agora, se mostra «preocupado» sobre as possibilidades de entendimentos nos assuntos atômicos, pelo motivo de a URSS basear as negociações na proibição integral das armas de terror.

Mas os povos têm feito o seu próprio caminho, em tudo diferente da estrada criminosa dos multimilionários de Washington. Guiados pela URSS, eles se obstinam em construir a vida.

Duas novas e importantíssimas iniciativas, nesse sentido, realizar-se-ão dentro em pouco: uma, a Conferência de Genebra, onde a URSS e a China defenderão a paz no Oriente e em todo o mundo; outra, o «Encontro dos Povos», promovido por personalidades de todas as correntes de opinião, preocupadas com a ameaça de guerra atômica e que visa a armar novas forças para ganhar a paz, que pode ser salva e que será salva pela humanidade inteira, numa luta tenaz, cujos primeiros frutos já se começam a colher.

O Programa do PCB - Solução Radical do Problema da Terra

Caio Cláudio

O PROJETO de Programa do Partido Comunista do Brasil, fruto de uma análise meditada, científica e marxista dos múltiplos aspectos fundamentais da realidade brasileira, proclama o nosso povo a tomar uma decisão histórica diante do dilema crucial em que se encontra. O nosso povo atinge, em seu desenvolvimento histórico, um momento em que tem que se decidir diante de dois caminhos diametralmente opostos que encontra pela frente. Escolher entre o prosseguimento da atual política de um governo de latifundiários e grandes capitalistas serviais dos imperialistas norte-americanos, que tudo faz no sentido de reduzir nossa pátria às condições de uma colônia dos EE. UU., e tornar mais insuportável a vida de nosso povo ou por abaixo esse governo e o regime que ele representa, o estabelecer, em lugar dele, um governo democrático da libertação nacional e um novo regime — o regime democrático popular — para construir uma pátria independente, soberana, próspera e feliz, à base da realização de um Programa que atende aos interesses da imensa maioria da população brasileira.

O nosso povo, indubitavelmente, decidirá-se a favor da sua própria causa e dos seus interesses e tomará em suas próprias mãos as tarefas revolucionárias substanciais no projeto de Programa de nosso Partido que são, elas mesmas, as necessidades já maduras do desenvolvimento econômico, político, social e cultural do Brasil.

O estudo da realidade objetiva em nosso país põe em evidência o fato fundamental de que o imperialismo norte-americano, os latifundiários e grandes capitalistas se constituem um único sistema de opressão e de exploração do nosso povo. O governo de Vargas é a expressão e o intérprete da política que se baseia nesse sistema único de opressão e de exploração do nosso povo. Daí decorre o caráter de classe desse governo, sua política anti-nacional, anti-popular e anti-democrática. Sem destruir esse sistema único de opressão e exploração, sem libertar nosso país do domínio do imperialismo norte-americano e do regime latifundiário, sem substituir o atual governo por um governo democrático de libertação nacional, integrado pelas classes e camadas sociais progressistas e democráticas de nosso povo, o nosso país não poderá encontrar o caminho que o levará a um futuro de prosperidade no qual as imensas riquezas potenciais de nossa pátria serão aproveitadas para garantir a fartura e a felicidade para o nosso povo.

Para dominar e explorar o Brasil, os imperialistas norte-americanos contam com o apoio dos latifundiários e dos grandes capitalistas — eles ligados por identidade de interesses — a exploração crescente do povo brasileiro e a guerra como fonte de lucro. Aos imperialistas norte-americanos interessa a conservação e a defesa do regime latifundiário e das sobrevivências feudais, porque, através dos métodos feudais de exploração podem garantir para si, lucros máximos. Os latifundiários, por sua vez, buscam garantir a sua sobrevivência como classe e a manutenção do regime latifundiário semifeudal, entregando nosso país à total dominação dos imperialistas americanos. O regime latifundiário e semifeudal constitui a base de apoio à crescente dominação imperialista norte-americana que deforma o desenvolvimento de nossa economia no sentido de seus interesses monopolistas. O regime latifundiário e semifeudal entrava o livre desenvolvimento econômico de nosso país

e fomenta a miséria e o empobrecimento do nosso povo. O Brasil, que é um dos maiores países do mundo quanto à sua área geográfica e que possui terras fertilíssimas, apresenta, no entanto, uma área cultivada que não vai além de 9,5% da área total das propriedades agrícolas, o que significa apenas 1,5% da superfície geográfica do país. Vivendo num país onde se pode produzir de tudo e com fartura, o nosso povo defina na miséria e morre de fome. A população brasileira aumenta mas não cresce a área cultivada e a produção agrícola vive em crise crônica. Apesar de um relativo aumento da penetração capitalista no campo e da utilização de novos métodos de trabalho da terra, o índice de produtividade, em vez de crescer, diminui nas explorações agrícolas, porque essa penetração capitalista se dá com a conservação dos restos feudais. Nestas condições e tendo em vista que 64% da população do Brasil habita o campo, o comércio e a indústria nacional defrontam-se, em seu desenvolvimento, com o obstáculo da limitação do mercado interno.

Milhões de trabalhadores do campo, a maior parte da população economicamente ativa do país, não podem desenvolver a sua capacidade produtiva e o seu poder de compra, porque não possuem a terra e são esmagados pelas sobrevivências feudais, através das quais os latifundiários se apoderam da maior parte da produção dos camponeses. A população economicamente ativa no campo atinge a cifra de 11,5 milhões de pessoas, incluindo-se os menores, com mais de 10 anos de idade. Entretanto existem apenas 2 milhões de propriedades rurais no Brasil, o que significa que 9,5 milhões de camponeses não possuem nenhuma terra. Uma minoria de latifundiários monopoliza a terra. Segundo o censo de 1940, uma pequena minoria de 62.200 latifundiários, cujas propriedades medem mais de 500 hectares, dominam 60% da área total de todas as propriedades rurais do Brasil. São 3,3% do número total de proprietários, mas têm em seu poder 60% da área total das propriedades. Apenas 5% das terras desses latifundiários são cultivadas. É uma prova irrefutável do grande atraso que representa para a economia nacional o regime latifundiário a constatação de que, embora essas grandes latifúndios representem 60% da área total das propriedades rurais do país, eles contribuem ape-

nas com 22% da área cultivada em todo o país e empregam apenas 12,5% do total das pessoas economicamente ativas no campo. Em contradição ao que ocorre nos latifúndios, de exploração semifeudal, as pequenas economias camponesas, aqueles que medem menos de 20 hectares de terra e que representam apenas 3,8% da área total das propriedades rurais e empregam 21,5% do total dos elementos economicamente ativos no campo. Verificamos ainda que o latifúndio semifeudal constitui um entrave ao desenvolvimento da economia nacional quando analisamos a questão da rentabilidade da exploração da terra, comparando os resultados obtidos nas propriedades maiores e menores. No Brasil, em virtude das sobrevivências feudais e do domínio do regime latifundiário, a rentabilidade da terra é inversamente proporcional à área das propriedades. As propriedades que medem até 10 hectares dão uma renda de 311 cruzeiros por hectare. As que medem de 10 a 100 hectares rendem 97 cruzeiros. As que medem mais de 1.000 hectares rendem 32 cruzeiros. O valor total da renda agrícola, em 1950, representava apenas 28% da renda nacional embora os camponeses constituam a maior parte da população economicamente ativa do Brasil. A produção per-capita, calculada na base da população rural economicamente ativa, sofreu o diminuto aumento de... 1.007 cruzeiros em 1940, para 1.240 cruzeiros, em 1950. Tendo em conta o vultoso da inflação nesses 10 anos e tendo em vista o fato de que a maior parte da renda dos camponeses passa para as mãos de uma minoria de latifundiários através das formas de exploração semifeudais — a cênia, a ênfeca, a parceria, a usura, as espolações de toda espécie e os altos preços dos arrendamentos da terra — podemos avaliar a grau de miserabilidade a que estão reduzidos milhões de camponeses, o que explica a pobreza do nosso mercado interno, embora este mercado tenha tido uma ampliação relativa, em consequência mesmo do empobrecimento, da espolação e do êxodo rural de milhões de camponeses. Entretanto, o mercado interno só poderá ter um pleno florescimento, nas atuais condições de nosso país, com a liquidação do monopólio da terra e das sobrevivências feudais. O nosso país não pode se libertar da dominação imperialista norte-americana não pode romper as peias que entravam o seu progresso sem destruir o regime latifundiário e liquidar as sobrevivências feudais e escravistas existentes nas relações de produção no campo. Por isso o projeto de Partido Comunista do Brasil coloca como uma das mais importantes tarefas do governo democrático de libertação nacional a realização de uma reforma agrária revolucionária para abolir a propriedade latifundiária e a exploração semi-feudal, com a confiscação de todas

as terras dos latifundiários e sua entrega, gratuitamente, aos camponeses sem terra ou com pouca terra, segundo o princípio de que a terra pertence a quem nela trabalha. Tal medida visa abolir o sistema de propriedade e de exploração feudal da terra pela classe dos latifundiários e instituir o sistema de posse da terra pelos camponeses a fim

Apenas os latifundiários, que representam cerca de 5% do número total de proprietários rurais e que dominam 75% das terras de todas as propriedades rurais, são os inimigos, no campo, da revolução antifeudal e anti-imperialista. A esmagadora maioria da população do campo juntar-se-á à classe operária, constituindo a base da frente democrática de libertação nacional. A aliança operário-camponesa juntar-se-ão milhões de patriotas, democratas e progressistas da burguesia nacional, formando a invencível força social que esfacelará o sistema único de opressão e exploração do nosso povo, formado pelos imperialistas norte-americanos — latifundiários e grandes capitalistas ligados aos imperialistas ianques. Sob a direção da classe operária, milhões de homens e mulheres tomarão em suas mãos a realização das radicais tarefas democráticas e patrióticas do Programa do Partido Comunista do Brasil, arrasarão os velhos obstáculos e criarão uma nova vida.

de libertar as forças produtivas rurais, desenvolver a produção agrícola e abrir caminho à industrialização do Brasil. Sem a reforma agrária revolucionária não é possível melhorar radicalmente a situação dos camponeses. Sem isso não é possível o incessante desenvolvimento da produção agrícola e nem se pode melhorar a vida da classe operária e a vida de todo o povo brasileiro.

A realização desta tarefa revolucionária interessa à esmagadora maioria de nosso povo, a todas as forças democráticas e progressistas, particularmente aos milhões de camponeses.

O projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil conclama os comunistas, todos os patriotas e democratas a envidarem todos os esforços para a urgente tarefa da formação e ampliação da frente única anti-

imperialista e anti-feudal — a frente democrática de libertação nacional — que tem como base a aliança operário-camponesa. No campo, são imensas as forças que podem e devem integrar esta frente única. São os camponeses, aliados naturais de classe operária, uma poderosa força revolucionária de nosso povo. Todos os camponeses — os assalariados agrícolas, os camponeses pobres, os camponeses médios e os camponeses ricos — na consecução dos objetivos do Programa são aliados da classe operária. Dos camponeses sem terra, três milhões são os assalariados e os semi-assalariados e mais de seis milhões são os demais camponeses sem terra. Os camponeses pobres médios e ricos que possuem terra, representam, aproximadamente 95% do total dos proprietários de terra em nosso país.

REUNE-SE EM MOSCOW O XII CONGRESSO DO KOMSOMOL

INAUGUROUSE, a 19 do corrente, o XII Congresso da União das Juventudes Comunistas Leninistas da URSS (Komsomol). No Grande Palácio do Kremlin reuniram-se 1.300 rapazes e moças, das 45 nacionalidades que compõem a União Soviética. Entre os delegados encontram-se trabalhadores da agricultura, inovadores da produção e jovens intelectuais. Compareceram à inauguração do Congresso numerosos representantes de organizações juvenis de países estrangeiros.

A solenidade de abertura do Congresso teve início às 10 horas da manhã. Recebidos com tempestuosa ovação, tomaram lugar, na tribuna do governo, os camaradas G. M. Malenkov, V. M. Molotov, K. E. Voroshilov, N. A. Bulganin, A. I. Mikoyan, M. Z. Saburov, M. G. Pervukin, M. A. Suslov, P. N. Pospelov e N. N. Shatalin.

Ordem do Dia

O camarada A. N. Shelepín, secretário do C. C. da U.J.C.L. da URSS, ao inaugurar o Congresso, saudou calorosamente os delegados estrangeiros e a todos os convidados presentes. O Congresso prestou, a seguir, de pé, comovida homenagem à memória do grande Stalin.

- Uma vez eleitas a presidência o secretariado e as comissões do Congresso, os delegados aprovaram a seguinte ordem do dia:
- 1 — Informe sobre o trabalho do C. C. da U.J.C.L. da URSS;
 - 2 — Informe sobre o trabalho da Comissão Revisora Central da U.J.C.L.;
 - 3 — Trabalho da organização de pioneiros «V. I. Lenin»;
 - 4 — Modificações nos Estatutos da U.J.C.L. da URSS.

Mensagem do PCUS

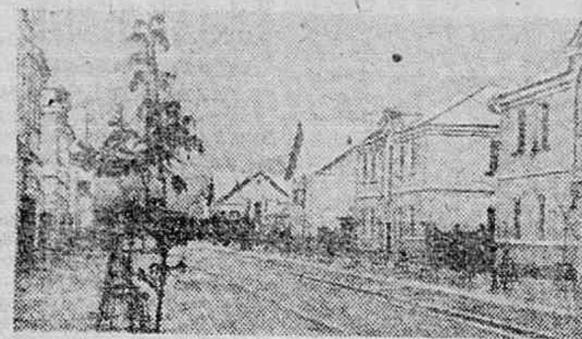
O camarada Shelepín dá a palavra ao camarada M. A. Suslov, secretário do C. C. do P.C.U.S. que faz a leitura da mensagem do C. C. do P.C.U.S. ao XII Congresso do Komsomol. A mensagem, recebida com tempestuosos aplausos, conclui com estas palavras: «O Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética expressa a certeza de que nosso Komsomol, que agrupa em suas fileiras a mais de 18 milhões de jovens, construtores da sociedade comunista, continuará sendo um fiel auxiliar do P»

tido na luta pela vitória do comunismo e cumprirá com honra seu sagrado dever ante o povo soviético e a pátria socialista.»

Debate da Ordem do Dia

O camarada A. N. Shelepín apresentou o Informe no primeiro ponto da ordem do dia. Examina o trabalho do Komsomol nos vários setores de sua atividade, com vanguarda dirigente da juventude soviética. Shelepín assinala que, depois do ú-

O Informe foi aprovado, sendo tomada a resolução correspondente. Também foi aprovado o objeto de resolução foi o Informe sobre o trabalho da Comissão Revisora Central. A seguir o Congresso ouviu e discutiu, tomando a correspondente resolução, o Informe sobre o 3.º ponto da ordem do dia, apresentado pela camarada Z. P. Tumanova. «Sob a direção do Partido — concluiu a camarada Tumanova — o Komsomol fará todo o necessário para melhorar o trabalho de organização de pioneiros V. I. Len-



A ESPLENDIDA JUVENTUDE soviética constitui um verdadeiro tesouro do Socialismo. Com entusiasmo e energia transbordantes, dedica-se à construção do comunismo, transformando a vida e a natureza. A avenida que vemos acima pertence à cidade de Komsomolsk, construída por militantes da União da Juventude Comunista Leninista da União Soviética, às margens do Rio Amur, num local em que, ainda em 1933, só havia a taiga agressiva.

timo Congresso, o Komsomol teve suas fileiras aumentadas, contando, hoje, com 18.825.327 membros, distribuídos em 431.000 organizações de base. A parte final do Informe foi dedicado ao trabalho de organização do Komsomol e a seus quadros.

MENSAGENS DO EXTERIORE

Saudaram o Congresso, numa vibrante demonstração de internacionalismo proletário, representantes da juventude da China, Polónia, França, Coreia, Tchecoslováquia, Hungria, Itália, Alemanha, Inglaterra, Rumania, Índia, Bulgária, Albânia, Mongólia, Finlândia, Austrália e outros, que fizeram entrega de presentes ao Congresso. Ocuparam a tribuna, ainda, o presidente da Federação Mundial da Juventude Democrática e da União Internacional dos Estudantes.

Camponeses discutem, na luta, o Programa do P.C.B.

«É PRECISO FAZER FÔRÇA PARA TRANSFORMAR ESTE PROGRAMA EM LEI»

ENOD GOMES

«É preciso fazer força para transformar este Programa em lei».

Assim falou um camponês, do município de Itariri, no litoral sul paulista, um entre muitos camponeses atualmente em luta pela posse de um pedaço de terra, naquela região. Nessa luta os camponeses vêm discutindo o Programa do Partido Comunista e o aceitam com entusiasmo. O capítulo do Programa que se refere à questão da terra animou os homens do campo que dele tomaram conhecimento e, para estes, já constitui um fator de entusiasmo na batalha em que se empenham pela conquista de um pedaço de chão onde possam viver, plantar e colher.

«Serviços de Negocistas

É grande o número de índios no litoral sul paulista. Esses brasileiros vivem completamente abandonados, famintos, sem qualquer assistência médica ou hospitalar. Perambulam em zúcos disseminados na costa, de Santos até Iguape. No município de Itariri vivem ao lado de outros camponeses, cerca de cem famílias, de índios ou descendentes, na mesma situação de miséria.

Há muitos anos estava à frente do Departamento de Terras, naquele município, o coronel do Exército Nicolau Bueno Horta Barbosa. Este iniciou um processo de legalização de posse da terra, numa faixa localizada nas fraldas da montanha, para usufruto perpétua daquelas famílias. Morreu, porém, o coronel, sem concluir a obra iniciada e esta não teve prosseguimento. Ao contrário, o novo encarregado do Serviço de Proteção aos Índios e Emigração transformou-o em «serviço» para negociatas, dedicando-se, simplesmente, ao roubo das terras pertencentes àquelas famílias. Agora mesmo esse encarregado, o integralista Milton Fraga Nogueira, acaba de vender parte das terras ocupadas pelas famílias de índios e outros camponeses a políticos da sua camarilha.

Amearça de Despejo

Em sessenta famílias camponesas estão ameaçadas de despejo, porque as terras onde trabalham foram «cedidas» aos latifundiários Seyam Anashiro e Tadahi. O fato desperta geral indignação. Na Câmara Municipal o vereador José Matos apresentou dois requerimentos e uma indicação em defesa dos camponeses. «Para esses homens — disse o vereador, justificando seus requerimentos — nem longe das vias de comunicação há terras. Isso é revoltante porque todos sabem que, há bem pouco, falsos lavradores compraram lotes a 1.500 metros da Estação de Ana Dias. O vereador referia-se ao sr. José Higo, integrante da Shindo Romei na zona e amigo do integralista Milton Fraga Nogueira.

Com a mobilização dos camponeses, que se dispõem a lutar contra a ameaça de despejo, foi enviado a Itariri, um delegado de polícia, verdadeiro tarado, com a missão de praticar violências contra as vítimas da espoliação.

A Luta e o Programa

Mas os camponeses não se intimidaram e continuam organizando-se para defender as terras em que trabalham. Comissões de mulheres percorrem a zona, em busca de

solidariedade. Outra comissão encartegou-se de visitar os camponeses, convidando-os a defender suas terras contra as ameaças de despejo. Os lavradores discutem o Programa do PCB, vendo que somente na vitória do Programa encontra-se a solução para que todos os homens do campo possuam terras e tenham garantias para viver da lavoura. Compreendem, também, que, para transformar o Programa em lei torna-se necessário muita luta, torna-se necessário por abaixo o atual governo de latifundiários e grandes capitalistas, responsável pela ameaça de espoliação contra os camponeses de Itariri. Isso é que significa transformar o Programa em lei. Cabe aos lavradores ameaçados de despejo lutar em defesa das terras que ocupam, não abandoná-las de modo algum, defendê-las por todos os meios. É assim que eles estarão lutando para transformar em lei os artigos do Programa que exigem a terra para quem a trabalha.

LUTA PELO PROGRAMA, LUTA PELA LEGALIDADE

Anastácio Assunção

O PARTIDO do grande líder do povo brasileiro Luiz Carlos Prestes, lançou um projeto de Programa para ser estudado e analisado por todas as classes e camadas do nosso povo, inclusive a burguesia nacional. Este projeto de Programa dá uma demonstração completa da realidade brasileira, e aponta o caminho certo para libertar nossa Pátria deste regime colonialista e feudal que tem como base a penetração dos trustes norte-americanos em nosso país, representado pelo governo de latifundiários e grandes capitalistas de Vargas.

Projeto de Programa do povo, porque nele estão incluídas as reivindicações de todas as classes e camadas — dos industriais, dos comerciantes, dos camponeses ricos e pobres, dos assalariados agrícolas, dos artesãos, da classe operária, das mulheres, das forças armadas incluindo cabos, soldados e marinheiros.

Precisamos ajudar ao glorioso Partido de Prestes e da classe operária a levar ao conhecimento de todas as camadas da população brasileira, o grande documento científico, baseado no marxismo-leninismo. Para isto, em todos os Estados do Brasil temos como tarefa im-

primir milhares e milhares de exemplares do projeto de Programa para que todos os brasileiros tenham em suas mãos o grande documento que nos ensina a tirar o Brasil desta situação de fome e miséria que estamos sofrendo, por falta de um governo do povo.

Para esta tarefa de grande importância há necessidade de dinheiro. É o dinheiro do povo que vem mantendo a imprensa do Partido, como também a vida do Partido. Ele não vem de «Moscou» como dizem os agentes dos imperialistas americanos em nossa pátria, e sim se trata do dinheiro do povo brasileiro, como prova a campanha vitoriosa dos vinte milhões. Agora, com especialidade, que a maior parte do povo perdeu a confiança nos senhores das classes dominantes, ele aumenta a sua ajuda e confia no Cavaleiro da Esperança e no seu Partido.

Precisamos dar nova virada para reimprimir o projeto de Programa, e trazer o nosso Partido para sua vida legal.

Todos têm o dever de ajudar o glorioso Partido de Prestes, e a imprensa popular nas suas lutas pela libertação nacional.

Avante, pela difusão do projeto de Programa e pela legalidade do Partido Comunista do Brasil. a.) — ANASTACIO ASSUNÇÃO — Paraíba, João Pessoa.

COMO SERÁ CONSTITUÍDA A FRENTE ÚNICA?

Gostaria de saber a resposta a algumas dúvidas que tenho sobre o projeto de Programa do P.C.B.

Diz o Programa, em seu Capítulo IV: «Em torno da grande aliança dos operários e camponeses cerrarão fileiras, portanto, todas as forças progressistas do Brasil, sem quaisquer diferenças de situação social, de filiação partidária, de crenças religiosas ou tendências filosóficas, todos os democratas e patriotas que desejam uma pátria livre e poderosa.» Em outras palavras todos devem unir-se para constituir a Frente Única, ou F.D.L.N., sob a vanguarda dos operários e camponeses.

Quero saber, então, o seguinte: como será constituída essa Frente Única? Por meio de adesões de parlamentares, industriais, dirigentes sindicais, etc.? E como será instaurado o Regime Democrático Popular? Por meio de revoluções armadas? Por meio de eleições de governos, que se comprometam a seguir todo ou parte do Programa?

Há alguns dias passados, li um artigo de Paulo Motta Lima, em que dizia: «Hoje ela (a oposição a Vargas) oferece possibilidades de formação de uma Frente Comum. Um proceder udenista da categoria do deputado Heitor Beltrão acredita nessa possibilidade. Falando a este, jornal sobre o Programa do P.C.B. o sr. Beltrão concordou que o governo atual tem um caráter de traição à pátria, etc.» E mais adiante: «Considera possível uma aliança de todos os brasileiros à base de obje-

tivos imediatos para combater o governo Vargas, embora não admitindo um entrosamento do seu Partido com o P.C.B.»

É o caso de perguntar: concordaria o sr. Beltrão em fazer uma revolução com o

Partido Comunista para instauração do regime de Democracia Popular, ou mesmo para derrubar Vargas sabendo-se que em caso de revolução o P.C.B. não se limitaria a simplesmente substituir Vargas, mas a pôr em

prática o projeto de Programa?

Para terminar, desejo saber também se o nosso caso é mais semelhante ao da China, ou do Irã, ou do Viet-Nam ou da Guatemala. (a) H. B. N.

O Programa do Partido E a Mulher Brasileira

MARIA REGINALDO

DEPOIS de ler com atenção o projeto de Programa do P.C.B., quero dar minha opinião através desse jornal já que foi aberta pelo mesmo a seção «O Povo debate o Programa do P.C.B.», para o debate livre e honesto do Programa ao qual dou meu inteiro apoio.

Acho que devem apoiá-lo todos os brasileiros honestos, pois não pode haver na atualidade outro Programa mais justo para a salvação do Brasil do jugo imperialista norte-americano, para a derrubada do poder dos latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo americano personificados no governo de traição nacional de Vargas e para a instauração de um governo democrático de libertação nacional, capaz de assegurar para o povo, pão, terra liberdade e um futuro feliz e radioso.

Devem apoiá-lo igualmente e com maior razão, todas as mulheres brasileiras, especialmente as mães, as mães que vêem seus filhos muitas vezes chorar por uma migalha de pão e não têm o que lhes dar. São elas que sentem seus filhos andarem nus e descalços sem poder dar jeito nessa situação. São elas que sentem, em ver seus filhos se criarem como selvagens porque não podem educá-los, pois o ensino neste regime é para alguns privilegiados. Por isso muitas mães caem na fraqueza até de suicidarem-se para não ver tanta miséria, como ocorreu recentemente em Fortaleza, com dona Dolores. Essa senhora, tendo perdido o marido, foi procurar um Montepio a que tinha direito. Não havendo sido atendida pela Justiça, começou a pensar na educação dos filhos. Seu nervosismo se acentuava e a saída que encontrou foi saltar do oitavo andar do Edifício Sul-América deixando na orfanidade dois filhinhos menores.

A mulher brasileira é a parte da população que mais sofre, pois, neste regime em que vivemos, a mulher é tratada como ser inferior muitas vezes até pelo próprio marido, que não a reconhece como sua igual, tratando-a como se fosse uma escrava. E, hoje, o que se vê de mais comum é centenas e milhares de moças serem lançadas à rua, sem punição para os responsáveis, porque não há justiça, nem liberdade, não há segurança nem respeito.

Por isso, o Programa do P.C.B. é justo quando diz que o Partido Comunista do Brasil exigirá que o governo democrático de libertação nacional realize e consagre em lei, etc., os seguintes pontos do Programa:

15.º — Justiça rápida e gratuita com juizes e tribunais eleitos pelo povo.

16.º — Abolição de todas as desigualdades econômicas, sociais e jurídicas que ainda pesam sobre a mulher. As mulheres terão direitos iguais aos homens em caso de herança, casamento, di-

vórcio, profissão, cargos públicos, etc. O Estado dará proteção especial a gratuita à maternidade e à infância.

20.º — Organização de um serviço de assistência médica a toda a população e criação de postos de higiene em todo o país. Combate sistemático às endemias.

21.º — Instrução primária obrigatória e gratuita, assegurada pela construção de uma rede de escolas em todo o país, a fim de liquidar o analfabetismo. O Estado assegurará aos estudantes livros didáticos e materiais escolares a baixo preço. Redução gradativa de todas as taxas escolares. Garantia de

emprego para os jovens diplomados nos cursos secundários, técnicos e superiores.

Um dos problemas mais angustiantes para a mulher é a falta de postos e assistência médica de que fala o ponto 20, especialmente aqui em Areia Branca onde o povo morre à minga. Quando doente e consegue recorrer à Fortaleza, muitas vezes sem recursos, não tem mais jeito. E' o caso, dentre outros, de Dona Elisa que foi desenganada de uma enfermidade que não teria chegado a esse ponto, se tivesse sido tratada a tempo.

Neste regime de miséria e exploração não pode haver an-paro liberdade, igualdade, justiça, e segurança para a mulher. Só quem nos assegura e garante isto é o governo democrático de libertação nacional.

Para isso conclamo a todas as mulheres do Rio Grande do Norte, e, particularmente, as de Areia Branca, a nos unirmos em uma frente única de todas as classes e camadas sociais como diz Prestes; não para fazer o que d. Dolores fez, mas para ajudar a derrubar esse governo e instaurar um governo do povo que salve o Brasil da miséria e da ignorância, se quisermos ter uma vida feliz para nós e para os nossos filhos. a) Maria Reginaldo — Areia Branca — Rio Grande do Norte — 3-3-54.

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E O PROGRAMA DO PCB

Leio, nos jornais, a informação oficial de que «existem vagas de sobra nas escolas públicas» do Distrito Federal. Trata-se de uma simples mentira — mais uma — do governo, à qual não podem dar crédito as centenas de mães e pais que dormiram nas portas das escolas para conseguir — ou melhor, não conseguir — matricular seus filhos. A realidade é que não somente não há escolas para os que ainda podem estudar, como, o que é mais grave, centenas de milhares de crianças não podem estudar, tal a miséria em que vivem. Esse regime que aí está, com Getúlio Varo o problema do analfabetismo, porque ele vive e se alimentas ou qualquer outro Getúlio à frente, não pode solucionar ta da miséria do povo. A questão de analfabetismo só poderá, por isso mesmo, ser solucionada por um novo regime, o regime democrático-popular, surgido das lutas do povo, representante dos anseios do povo, único capaz de realizar, nesse terreno, o que está no ponto 21 do Programa do P.C.B.: «Instrução primária obrigatória e gratuita, assegurada pela construção de uma rede de escolas em todo o país, a fim de liquidar o analfabetismo. O Estado assegurará aos estudantes livros didáticos e materiais escolares a baixo preço. Redução gradativa de todas as taxas escolares. Garantia de emprego para os jovens diplomados nos cursos secundários, técnicos e superiores».

Lutar pela vitória do Programa do P.C.B. é, portanto, o caminho para todos aqueles que desejam o fim do analfabetismo no Brasil, o fim desse regime em que a instrução e a cultura, mesmo primária, é privilégio de uma minoria.

Rio, 30 de março de 1954.

J. S. MARINHO.

Por que estou de acordo com o Projeto de Programa do PCB

Estou de acordo com o Programa do P.C.B. porque sou pela independência nacional e aspiro Paz e liberdade, nomes estes que traduzem tudo quanto o povo necessita. A Paz e a liberdade que eu espero, reflete-se e têm expressão no Programa do Partido Comunista do Brasil.

E, por este princípio, orgulho-me em aceitá-lo.

a) JOSE PINTO — Arraial do Cabo.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

COMO INICIAR A ESTRUTURAÇÃO DA FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL?

Resposta aos leitores H.B.N. e Paulo Machado

NA SEÇÃO "O Povo Debate o Programa do PCB" publicamos uma carta de H.B.N. em que, ao lado de uma série de considerações, são feitas pelo referido leitor algumas perguntas. Procuramos aqui responder a essas perguntas. A primeira parte desta resposta esclarece, ao mesmo tempo, a questão suscitada pelo leitor Paulo Machado, em carta dirigida à nossa redação, sobre "como poderá ser iniciada a estruturação da frente democrática de libertação nacional".

Quer saber o leitor H.B.N. de que modo será constituída a frente única, isto é, de que modo será conduzida em nosso país a luta com o objetivo da estruturação da frente democrática de libertação nacional. Esta é uma questão que não pode ser respondida através de uma fórmula ou de um esquema pré-estabelecido. A sua solução prática está condicionada ao próprio desenvolvimento da luta libertadora de nosso povo, ao surgimento de circunstâncias de natureza política que podem variar enormemente, não podendo ser previstas com rigor. Por isso é impossível indicar-se categoricamente e em definitivo a maneira pela qual se constituirá a frente democrática de libertação nacional. Não existe uma única maneira, existem numerosas e distintas maneiras, uma vez que não há apenas uma, mas muitas e diferentes formas de luta. Em cada situação concreta, dependendo das condições objetivas existentes, do nível de organização das forças revolucionárias, do grau de debilitamento em que se encontrem as classes dominantes, das contingências internacionais, etc., predominam determinadas formas de luta. E' então utilizando-se essas formas de luta que, em tal ou qual momento, se impulsionará o processo de formação da frente única.

Ao encarar esta questão, o nosso objetivo deve ser, portanto, o de definir claramente a maneira pela qual, nas condições atualmente existentes no país, pode e deve ser desenvolvido o processo de formação da frente única anti-imperialista e antifeudal.

Unidade de Ação e Organização das Grandes Massas

No informe apresentado ao Pleno de dezembro do Comitê Central do P.C.B., Luiz Carlos Prestes esclareceu que para avançar no caminho da frente democrática de libertação nacional é necessário, antes de tudo, lutar pela unidade de ação de todas as forças progressistas da sociedade brasileira, assim como ampliar e fortalecer as organizações de massa já existentes. As indicações claras e objetivas fornecidas por Prestes sobre o que deve ser feito no sentido de estruturação da frente única democrática e libertadora em nosso país.

Esta significa que a formação da frente democrática de libertação nacional exige que se congreguem, na luta comum, o tempo de maior ou menor desenvolvimento econômico e político, etc. É importante assinalar que, podendo experimentar incoerentes variações, as formas de luta terão, no entanto, de corresponder sempre às exigências traçadas pela tática geral do Partido, isto é, de não se tratar de lutas de conteúdo unitário, o que sirvam fundamentalmente aos objetivos da luta contra o imperialismo norte-americano, contra os latifundiários e pela instauração do governo democrático de libertação nacional. Todas as formas de luta que possam estar compreendidas nessa definição são justas e recomendáveis.

Quer isto dizer, por conseguinte, que a luta pela frente única é a própria luta pelas reivindicações políticas e econômicas sensíveis das diferentes camadas do povo brasileiro. Na medida que tais lutas surgem, se multiplicam e adquirem uma combatividade cada vez maior, os setores nelas interessados irão se tornando mais receptivos à compreensão de que os seus problemas só poderão ser resolvidos com a substituição do governo antinacional que está — governo que, por servir aos imperialistas tanques, aos latifundiários e aos grandes capitalistas, sacrifica os interesses da imensa maioria do povo. Assim, as classes e camadas progressistas do país irão se unificando e se lançando na luta para transformar em realidade viva as medidas assinaladas no Programa do P.C.B., isto é: na luta para instaurar no país o governo democrático de libertação nacional.

Hegemonia da Classe Operária

Pelo que foi dito, vê-se que não pode ser espontâneo, de modo nenhum, o processo de formação da frente democrática de libertação nacional. Esse processo só se realizará e só será coroado de sucesso se as lutas do nosso povo contarem com uma direção efetiva e consequente, uma direção que seja capaz não só de impulsionar a ampla movimentação das massas, mas também de canalizar todos os movimentos populares, democráticos e progressistas surgidos no país para o caudal das ações unificadas de massa contra o governo de Vargas.

Como é evidente, só o Partido Comunista, pelo fato de ser o partido de vanguarda da classe mais avançada da sociedade e a única consequentemente revolucionária — a classe operária — está em condições de imprimir essa direção à luta libertadora do povo brasileiro. O P.C.B., de desse modo, a força organizadora, impulsionadora e dirigente da frente única democrática e de libertação nacional.

Isto significa — como esclarece Prestes no Informe ao Pleno de dezembro do Comitê Central — que as organizações do Partido e cada comunista têm por dever levantar as reivindicações de cada setor e apontar com justiça o caminho para resolver cada problema do povo. Ressalta daí a necessidade de um exato conhecimento das opiniões e reivindicações das diversas camadas da população brasileira, bem como a necessidade de um trabalho persistente e sistemático de ligação com as massas, de fortalecimento das organizações de massa já existentes e criação de outras organizações que as próprias circunstâncias exijam.

Esse trabalho, para ser bem sucedido, exige por sua vez uma sensibilidade política cada vez mais aguçada, que permita descobrir em cada momento as reivindicações capazes de interessar às massas e que leve a saber utilizar as menores manifestações de protesto das massas operárias e camponesas, da intelectualidade, da pequena burguesia e da burguesia nacional, conduzindo-as para a luta comum contra o governo de Vargas e pela vitória do governo democrático de libertação nacional.

Mas se deve existir essa preocupação relativamente à mobilização e organização de todas as classes e camadas progressistas, é naturalmente para o proletariado que se devem voltar sobretudo os esforços desenvolvidos pelos comunistas. Isto acontece por que, como ensinava Lênin, somente o proletariado, em virtude de sua

função econômica na grande produção, é capaz de ser o chefe das massas trabalhadoras e exploradas. No Brasil, só a classe operária reúne as condições que lhe permitem colocar-se à frente de todas as demais classes interessadas na extinção do latifúndio e dos restos feudais e na instauração de um regime democrático popular. Portanto, quanto mais sólida for a unidade e mais ampla a organização do proletariado, mais vigorosa será a frente única anti-imperialista e antifeudal, mais rapidamente marchará o povo brasileiro no caminho da vitória. A unidade do proletariado é uma condição básica para a unidade de todo o povo. Daí a necessidade de um trabalho incessante e paciente no sentido da unidade de ação e da organização da classe operária, tanto nas empresas como nos sindicatos.

Mas, ao mesmo tempo em que se desenvolve essa atividade no seio das grandes massas, e quanto mais ela se amplia e se fortalece em cada setor, podem surgir certas condições que permitam originar um movimento nacional pela realização das tarefas democráticas e de libertação nacional do extrato da unidade de ação, que logo contaria com o apoio das organizações democráticas, sindicais, populares, camponesas, femininas, juvenis, das organizações de base dos partidos políticos, personalidades etc.

Utilizar todos os fatores de unidade

Isto mostra que é preciso utilizar todos os elementos todos os fatos que, por qualquer motivo, contribuam para fazer avançar a frente única no país. Relaciona-se com isto a questão suscitada pelo leitor a propósito de um artigo do nosso camarada Paulo Motta Lima, recentemente publicado. Embora não seja o artigo objeto de debate nesta seção, é útil responder às indagações de H.B.N. Em seu artigo, referia-se Paulo Motta Lima a uma entrevista do sr. Heitor Beltrão à "Imprensa Popular", na qual o referido deputado udenista manifestou-se de acordo com alguns pontos do Programa, especialmente os que se referem ao caráter antinacional e antipovo do governo de Vargas. Isto, naturalmente, não autoriza pensar que o sr. Heitor Beltrão deseje a instauração de um governo democrático de libertação nacional. Mas, por outro lado, seria incorrer em erro deixar de destacar a concordância do mencionado parlamentar com alguns pontos do Programa, e não indicar esse fato como uma demonstração da viabilidade da frente única. É claro que se trata, no caso, de uma frente única por determinados objetivos, e não da frente democrática de libertação nacional. Mas, como já foi dito antes, é partindo da frente única por objetivos parciais, unindo a todos os que por qualquer motivo, e independentemente de suas opiniões políticas, estejam contra os piores inimigos de nosso povo, que se conseguirá estruturar a frente única em torno do Programa, a frente democrática de libertação nacional.

Instauração do Regime Democrático-Popular

Pergunta também o leitor H.B.N. de que modo será instaurado o regime democrático-popular. Esta questão, que se relaciona intimamente com a primeira, está esclarecida no Programa do PCB. Depois de considerar que "o governo de Vargas não cederá seu lugar sem luta" e que "seria também errôneo supor que por meio de golpes de Estado ou militares, de reformas parciais ou de eleições, sem tocar nas bases do atual regime reacionário" fosse possível a vitória da causa do povo, o Programa esclarece que "nestas condições, a luta irreconciliável e revolucionária de todos os patriotas brasileiros é indispensável para derrotar o governo de Vargas e substituí-lo pelo governo democrático de libertação nacional". O caminho é, portanto, o da luta revolucionária das grandes massas.

Experiências de outros povos

Por fim, deseja o leitor saber "se o nosso caso é mais semelhante ao da China, do Irã, do Viet-Nam ou da Guatemala". Refere-se H.B.N. certamente ao caminho da revolução. Pois bem: o caminho da revolução no Brasil é o próprio caminho brasileiro, definido no Programa do PCB. A experiência revolucionária dos demais povos tem para nós uma importância decisiva. Sem ela, não poderíamos traçar o nosso justo caminho. Como é evidente, isto diz respeito particularmente às experiências do glorioso Partido Comunista da União Soviética. Especial importância tem também para nós a revolução chinesa, modelo para todos os países coloniais e dependentes.

Quando ao Irã, o que há neste país é um regime tão reacionário como o que atualmente oprime o nosso povo. No que concerne à Guatemala, existe ali um governo da burguesia nacional, que vem lutando contra o imperialismo fanque. O regime guatemalteco não está sob a direção da classe operária, nem se apoia na aliança operário-camponesa. Não é, portanto, um regime democrático-popular, como aquele pelo qual lutamos no Brasil. Em relação ao Viet-Nam, a luta libertadora que ali se trava apresenta características semelhantes à da China, embora não haja uma situação rigorosamente idêntica. Existe no Viet-Nam uma frente nacional contra o agressor estrangeiro e o regime feudal. Mas, dadas as condições especiais da guerra de resistência, não são confiscadas nem requisitadas em bloco as terras de todos os latifundiários. O governo age em relação aos latifundiários levando em conta a sua atitude política.

Enfim, o caminho da revolução brasileira está traçado no Programa do PCB. Cabe-nos seguir firmemente por este caminho, que é o caminho da salvação nacional.

Uma observação final sobre a carta de H.B.N.: não é exato falar-se em frente única "sob a vanguarda dos operários e camponeses". A frente única se realiza sob a direção da classe operária e tem sua base na aliança entre os operários e os camponeses.

Forças Produtivas, Relações de Produção e o Exemplo do Café

Do leitor F. Cordeiro recebemos o seguinte:

AS RELAÇÕES de produção tendem sempre a frear as forças produtivas. Transplantando-se para o palco nacional, vejamos o café, que tem sido o sustentáculo financeiro. Houve ocasião em que se queimaram oitenta milhões de sacas de café, esforço de cinco anos agrícolas. Mais tarde, proibiu-se a plantação de café, bem como de cana e do respectivo fabrico de açúcar.

Os meios ligados ao imperialismo, bancos, alguns exportadores e certa parte dos fazendeiros, apuraram seus lucros. E para as camadas altas e médias não faltava café bom e açúcar em casa. Ao passo que a imensa maioria do povo não tomava café, ou tomava café inferior, uma miséria racial, acontecendo o mesmo com o açúcar.

A produção nacional de uns dezesseis milhões de sacos por ano, é de modo geral para exportação e preciso fazer divisas, mesmo com o sacrifício do povo segundo os princípios da mensagem.

Levando-se em conta a exportação normal que se vem fazendo — e mais ainda para os países que não temos, bem como a necessidade nacional de café bom talvez tenhamos necessidade de uns 28 milhões de sacos.

Sobre a carta de F. Cordeiro

Atendendo à solicitação do leitor, cumre observar que sua carta, ao lado de observações úteis, contém alguns erros, a começar pela questão das relações de produção e das forças produtivas.

Em "Problemas Econômicos do Socialismo", diz o camarada Stálin, analisando «Os Erros do camarada La-rochenko»:

«Em primeiro lugar, não é certo que o papel das relações de produção na história da sociedade esteja limitada ao papel de freio que trava o desenvolvimento das forças produtivas. Quando os marxistas falam do papel de freio desmentado pelas relações de produção, não se referem a todas as relações de produção, mas somente às velhas relações de produção, que já não correspondem ao desenvolvimento das forças produtivas e, consequentemente, freiam seu desenvolvimento. Entretanto, além das velhas relações de produção existem, como se sabe, as novas relações de produção, que substituem as velhas. Pode-se, porventura, dizer que o papel das novas relações de produção reduz-se ao papel de freio das forças produtivas? Não, não se pode. Pelo contrário: as novas relações de produção são a força principal e decisiva que determina, na realidade, o desenvolvimento contínuo e poderoso das forças produtivas e, sem elas, as forças produtivas estão condenadas a se estagnar, como se estagnam hoje nos países capitalistas».

Em nosso país, é evidente que as relações de produção semifeudais freiam a expansão das forças produtivas, impedem o desenvolvimento da indústria, condenam à decadência a produção nacional. Nesse sentido é interessante o exemplo dado pelo leitor acerca do café, em que com o comércio se encontra hoje na inteira dependência dos trustes americanos, enquanto

produção a impedir o desenvolvimento das forças produtivas. Utopia seria planificar, no estado atual essa produção de 28 milhões de sacas. Nem os fazendeiros, que visam lucros, aguentariam uma produção assim extensiva e intensiva. Seria fugir às leis objetivas, descobertas pelo grande Stálin. Mas, dentro de um Brasil soberano e democrático, se poderá planificar vinte e oito milhões de sacas. A reforma agrária permitiria o reaproveitamento de terras boas, em terrenos bem feitos (Campinas, etc., etc).

Nessas condições, poder-se-ia adubar racionalmente, coisa impossível nas grandes fazendas que visam lucros. Novos sítios de quatro, oito ou dez alqueires surgiriam, comparados pela eficiência a assistentês etc.

As condições dadas das leis objetivas e com novas relações de produção. Sob a égide de uma nação soberana e democrática, as velhas relações de produção. Estas leis objetivas são a inspiradora do projeto de Programa do P.C.B.

N. R.: A propósito dessa carta, seu autor, F. Cordeiro, indagou se o que contém é certo ou errado. Abordamos o que procurou fazer uma tentativa de exemplificação da questão da relação entre as forças produtivas e as relações de produção.

os brasileiros têm dificuldade de em adquirir o produto da pior qualidade. Naturalmente, quando as atuais relações de produção forem destruídas com a abolição do monopólio da terra e a introdução de um novo regime de trabalho no campo, criar-se-á dentro do país um amplo mercado interno, capaz de absorver grande parte do café produzido bem como os produtos da indústria nacional em desenvolvimento.

Quando às leis objetivas, o leitor faz ainda alguma confusão sobre seu papel, imaginando que, uma vez vitoriosa a revolução, estaria então dentro das leis objetivas. A vida econômica e social do país é, também hoje, como sempre, regida por leis objetivas. Se essas leis são contrariadas pelas instituições vigentes, as instituições terão de desaparecer, organizando-se para a força social capaz de realizar essa transformação. No caso, a frente democrática de libertação nacional.

O Programa do P.C.B. é justo e científico precisamente porque se baseia no conhecimento das leis objetivas que regem a vida econômico-social do país.

Quando às referências do leitor ao problema dos lucros dos latifundiários, cremos justo esclarecer que a solução preconizada pelo projeto de Programa do P.C.B. para o problema da terra não significa a abolição dos lucros para os camponeses. Pelo contrário, com a reforma agrária e a entrega das terras a milhões de camponeses, estes, com a ajuda do Estado, terão possibilidade de cultivá-las e de obter lucros compensadores pela venda dos produtos de sua lavoura. O Programa visa a beneficiar o camponês, a proporcionar-lhe meios de viver condignamente e, assim sendo, não poderia deixar de garantir lucros aos proprietários rurais, depois da abolição dos latifúndios.

Encontro Para o Alívio Da Tensão Internacional

Parlamentares e Personalidades Brasileiros Apóiam a Iniciativa do Conselho Mundial da Paz

O ALÍVIO da tensão internacional é a aspiração comum de todos os povos. A maioria esmagadora da humanidade deseja ardentemente impedir uma nova guerra mundial. Mais uma vez o Conselho Mundial da Paz veio ao encontro do acendrado desejo de paz de milhões de seres humanos, lançando a iniciativa de um «Encontro para o alívio da tensão internacional.»

A iniciativa repercutiu profundamente em nosso país. O amplo apoio que vem recebendo em todos os círculos e camadas sociais está traduzido na adesão de centenas de parlamentares de todos os partidos e eminentes personalidades.

Amplio confronto de todos os pontos de vista

Acaba de ser entregue a publicidade o seguinte documento, que continua recebendo assinaturas de parlamentares e personalidades.

«No mundo de hoje, tão cheio de incompreensões e ameaças de guerra, torna-se imperiosa a união de esforços de todas as organizações e personalidades representativas dos meios culturais, políticos, econômicos, religiosos, etc. de cada país, no sentido do alívio da tensão internacional, anelo comum dos povos.»

Essa união de propósitos deve partir do mais amplo confronto de todos os pontos de vista daqueles que estejam interessados na salvaguarda da Paz. Apoiemos, assim, a ideia de um ENCONTRO PARA O ALÍVIO DA TENSÃO INTERNACIONAL, em que possam ser expressas, abertas e francamente, as opiniões dos que representam a vontade de paz dos povos e sejam encontradas as possíveis soluções dos graves problemas que põem em risco a paz em nossos dias.»

Monsieur Costabile Hippolyte, sacerdote católico, promotor apostólico; padre Público Calado, sacerdote católico, historiador; padre Medeiros Neto, sacerdote católico, deputado federal pelo Partido Social Democrático; Vieira Lins, deputado federal, líder do Partido Trabalhista Brasileiro; general Lima Figueiredo, deputado federal do Partido Social Democrático; general Flores da Cunha, deputado federal, da União Democrática Nacional; Paulo Lauro, deputado federal, líder do Partido Social Progressista; Menotti Del Picchia, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Jarbas Maranhão, deputado federal, do Partido Social Democrático; José Botelho, deputado federal, da União Democrática Nacional; Alcides Carneiro, deputado federal, do Partido Social Democrático; Alomar Baleeiro, deputado federal, da União Democrática Nacional; Epilogo de Campos, deputado federal, da União Democrática Nacional; Dilermando Cruz, deputado federal, do Partido Republicano; Breno da Silveira, deputado federal, do Partido Socialista Brasileiro; Ivete Vargas, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Gurgel do Amaral, deputado federal, do Partido Republicano; Augusto Meira, dep. federal, do Partido Social Democrático; Heitor Beltrão, deputado federal, da

União Democrática Nacional; Coelho de Souza, deputado federal, do Partido Libertador; Lopo Coelho, deputado federal, do Partido Social Democrático; Antenor Bogaev, deputado federal, da União Democrática Nacional; Pinheiro Chagas, deputado federal, do Partido Social Democrático; Tenório Cavalcanti, deputado federal, da União Democrática Nacional;



Monsieur Costabile Hippolyte, promotor apostólico, primeiro signatário do apelo em apoio ao "Encontro pelo alívio da tensão internacional".

nal; Getúlio Moura, deputado federal, do Partido Social Democrático; Benjamin Farah, deputado federal, do Partido Social Progressista; Frota Aguiar, deputado federal; Eusebio Rocha, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Campos Vergal, deputado federal, do Partido Social Democrático; Benedito Mergulhão, deputado federal; Emilio Carlos, deputado federal, presidente do Partido Trabalhista Nacional; Flavio Castrioto, deputado federal, do Partido Social Progressista; Arthur Audrá, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Nelson Omega, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Machado Sobrinho, deputado federal; Chagas Rodrigues, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; José Fleury, deputado federal, da União Democrática Nacional; Coutinho Cavalcanti, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Francisco Macedo, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Lino Bor-

Partido Social Progressista; Abelardo Mata, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Vieira de Melo, deputado federal, do Partido Social Democrático; Mário Apille, deputado federal; Joaquim Viegas, deputado federal; João Agripino, deputado federal, da União Democrática Nacional; Guilherme Machado, deputado federal; Carlos Valadares, deputado federal; Mendonça Braga, deputado federal; Nestor José, deputado federal, do Partido Social Democrático; A. Bagueira Leal, deputado federal, da União Democrática Nacional; Paulo Nery, deputado federal; Muniz Falcão, deputado federal; Pontes Vieira, deputado federal, do Partido Social Democrático; Vitorino Corrêa, deputado federal, do Partido Social Democrático; Mota Neto, deputado federal, do Partido Social Democrático; Hugo Carneiro, deputado federal, do Partido Social Democrático; Agripa Faria, deputado federal, do Partido Social Democrático; Sarle Brand, deputado federal,

ralho, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; José Fontes Romero, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Arnaldo Cerdiera, deputado federal, do Partido Social Progressista; Brígido Tinoco, deputado federal, do Partido Socialista Brasileiro; Jayme Araújo, deputado federal, da União Democrática Nacional; Flávio de Castro, deputado federal, do Partido Social Democrático; Clemente Medrado, deputado federal, do Partido Social Democrático; Hélio Coutinho, deputado federal, do Partido Social Democrático; Hildebrando Bisaglia, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Vasco Filho, deputado federal; Ferreira Martins, deputado federal, do Partido Social Progressista; Lucio Monteiro, deputado federal; Raphael Cincurá, deputado federal, da União Democrática Nacional; Osvaldo Fonseca, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Olinto Fonseca, deputado federal, do Partido Social Democrático; Mendonça Júnior, deputado federal; Hélio Cabal, deputado federal, do Partido Republicano; Alcides Barcelos, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; A. Gueiros, deputado federal, do Partido Social Democrático; Nestor Duarte, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Roberto Moreira, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Adahil Barreto, deputado federal, da União Democrática Nacional; Negreiros Falcão, deputado federal, do Partido Social Democrático; Benedito Vaz, deputado federal; José Pedroso, deputado federal, do Partido Social Democrático; Ulisses Guimarães, deputado federal, do Partido Social Democrático; Pereira Diniz, deputado federal; Janduí Carneiro, deputado federal, do Partido Social Democrático; Luiz Viana Filho, deputado federal; Castilho Cabral, deputado federal; Ari Pitombo, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Ubarajara Kentnedjean, deputado federal, do Partido Social Democrático; Walter Ataíde, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Saulo Ramos, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Mário Palmério, deputado federal, do Partido Social Democrático; Monteiro de Castro, deputado federal, da União Democrática Nacional; Licurgo Leite, deputado federal, da União Democrática Nacional; Clodomiro Millet, deputado federal; Lacerda Werneck, deputado federal, do Partido Republicano; José Matos, deputado federal, do Partido Social Democrático; Hermes de Souza, deputado federal, do Partido Social Democrático; Tasso Dutra, deputado federal, do Partido Social Democrático; Barros Carvalho, deputado federal, do Partido Social Democrático; João Cabanas, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Severino Maris, deputado federal; Moreira da Rocha, deputado federal, do Partido Republicano; Azis Maron, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Francisco Macedo, deputado federal, do Partido Trabalhista Brasileiro; Lino Bor-

Edgard Buxbaum; Alberto Cavalcanti, cineasta; Edoardo de Guarnieri, maestro; Vanja Orico, cantora, artista de cinema; Cláudio Santoro, compositor; Oduvaldo Vianna, teatrólogo e radialista; Maria Della Costa, artista de teatro; Arnaldo Marques, médico, professor da Universidade de Pernambuco; Evandro Lins e Silva, criminalista; Marisa Prado, artista de cinema; Mário Schemberg, físico, professor da Universidade de São Paulo; Guerra Peixe, compositor, maestro; Vasco Prado, escritor; José Geraldo Vieira, escritor; Cesar Avila, médico, professor da Universidade de Porto Alegre; Orlando Teruz, pintor; José Octávio Freitas Júnior, escritor; José Miraglia, deputado estadual, 1º secretário da Assembleia Legislativa de São Paulo; Eduardo Alvim Correia, pintor; Sosigenes Costa, poeta; Derville Allegretti, deputado estadual São Paulo; Elmeine Machado de Oliveira, deputado estadual, S. Paulo; Steliha Erg. cantora; Eneizta Barroso, cantora; Fernando de Barros, cineasta; Roger Ferreira, deputado estadual, São Paulo; Francisco Scalamantré Sobrinho, deputado estadual, São Paulo; Alcides Rocha Miranda, arquiteto; Glaucê Rocha, artista de cinema; Mário Brazini, diretor e ator de teatro; Anselmo Farabolini Júnior, deputado estadual, São Paulo; Juarez Guizard, deputado estadual, São Paulo; William Salem, presidente da Câmara Municipal de São Paulo; Jordão de Oliveira, pintor; André Nunes Júnior, vereador, São Paulo; Armando Zamella, vereador, São Paulo; Eleazar Machado, médico, professor da Universidade de Pernambuco; Jorge Ferreira, arquiteto; Aurino Valls, deputado estadual, pastor protestante, Pernambuco; Guimarães Sobrinho, vereador, Recife; Aparício Torelli, escritor, jornalista; Altéia Almonda, viollista; Djanira Mota e Silva, pintora; Lindolfo Gala, compositor; Túlio de Lemos, radialista; Demétrio Ribeiro, arquiteto, professor da Universidade do R. G. do Sul; Renato Consorte, radialista, cineasta; Cavalheiro Lima, cineasta; Sandro Polonio, diretor e ator; Mário Cravo, pintor; Milton Marcondes, pres. do Sind. dos Bancários do Estado de São Paulo; Themistocles Batista, pres. Sind. dos Ferroviários do Rio de Janeiro; Ramiro Luchesi, presidente da Confederação dos Trabalhadores do Brasil; José Jaime Gomes, presidente do Sind. dos Marceneiros do Distrito Federal; Lício Hauer, presidente da União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil; Silvério Manuel da Silva; pres. do Sindicato dos Empregados do Comércio Hotelero e Similares do Rio de Janeiro; Gerardo Santana, pres. do Sind. dos Empregados na Indústria da Borracha de São Paulo; José Araújo Plácido vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo; Emilio Bonfante, do Conselho Nacional da Federação Nacional dos Marítimos; J. Guerra Filho, presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio Hotelero, de São Paulo.

O registro eleitoral do Partido Comunista há de ser obtido por exigência de milhões de brasileiros fartos do regime de opressão e miséria do governo de Vargas — O povo anseia pela participação legal do P.C.B. na vida pública, para defender as liberdades democráticas e a independência nacional

Vem repercutindo em todo o país o requerimento apresentado ao T.S.E. pelo Partido Comunista do Brasil, solicitando o seu registro como partido político legalmente habilitado a participar das eleições e a consequente anulação da decisão infame que lançou na legalidade. O ato do P.C.B., pleiteando o restabelecimento de seu direito esbulhado junto à justiça eleitoral, veio impulsionar ainda mais a luta pela legalidade do Partido Comunista, estabelecendo uma forma concreta de lutar por essa legalidade, através da qual poderá manifestar-se a vontade de milhões de brasileiros, homens e mulheres de todas as camadas da população, vitalmente interessados na existência legal do P.C.B. Diariamente, novos e numerosos pronunciamentos de parlamentares, personalidades, líderes sindicais, associações populares e do povo em geral vêm juntar-se às vozes que, há anos, exigem a legalização do Partido Comunista, no interesse da nação e de seu futuro de independência democrática.

O interesse e entusiasmo despertado entre os trabalhadores e o povo pela perspectiva da legalidade do P.C.B. às vésperas das eleições, lançam ao desespero os agentes imperialistas americanos, interessados em impedir a libertação nacional, os líderes da atual camarilha dominante, zelosos defensores da manutenção de um regime de privilégios para uns poucos e de fome e opressão para a grande maioria. Procuram, assim os inimigos do povo lançar a confusão, «spalhar grosseiras mentiras e divulgar argumentos falsos para tentar impedir o registro eleitoral do P.C.B., exercendo a pressão sobre os juizes do T.S.E. Utilizam particularmente a cadeia dos «Diários Associados» do vende-pátria Chateaubriand.

Faltam, porém, esses perdidos filhos de Hitler quaisquer argumentos e, em suas alegações contra a legalidade do P.C.B. demonstram, na verdade, todo o sentido antipopular e internacional de sua causa morta.

As calúnias, diante dos fatos... permanecerão calúnias

Um dos «argumentos jurídicos» invocados pelos escribas do fascismo é que a existência legal do P.C.B. é incompatível com o artigo 13 do artigo 141 da Constituição, onde se vê a organização de partidos políticos cujo programa ou doutrina contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

Essa alegação, quando diante dos fatos, já foi destruída, de há muito, pelos próprios constituintes e por eminentes juristas. Faltam, por exemplo, o deputado e professor de Direito do Rio de Janeiro, em discurso pronunciado a 5 de maio de 1947, na Câmara: «Se a intenção da Assembleia Constituinte fosse de cancelar o registro do Partido Comunista, o fato de o consignar repugnante aos termos da Constituição, evidentemente as Disposições Transitórias teriam previsto a situação de fato da existência desse partido, congressistas comunistas dentro das Câmaras e imediatamente, solução para isso. Ora, as Disposições Transitórias da Constituição não contêm qualquer disposição acerca da existência do partido e de deputados senadores comunistas, é claro que a intenção do legislador constituinte não poderia ser de cancelar o Partido Comunista, na situação de fato em que a Constituição o encontra representado em seu seio».

OPINIÃO UNÍME DOS JURISTAS

Esse foi também o pensamento manifestado pelo prof. Sampaio Dória, que relatou o processo de registro do P.C.B., reconhecendo o P.C.B. «consagra e exalta os princípios democráticos dos direitos do homem». Assim o entendeu igualmente o mestre jurista católico, prof. Sá Filho, no memorando oferecido contra a cassação do registro do P.C.B.: «Não demonstrado não haver prova de que o P.C.B. mantenha atividades contrárias aos princípios democráticos, gerais». No mesmo sentido pronunciou-se o ministro da Costa e outros tantos ilustres juristas, entre os quais como os senhores João Mangabeira, Prado de A. Afonso Osinos, Ferreira de Souza, Plínio Barreto, Bessa Lima, Milton Campos, Sebastião Soares de Faria, Nelson Duarte e Themistocles Brandão Cavalcanti. Quanto ao último, procurador geral da República em 1947, não há a figurar no processo contra a legalidade do P.C.B., quando enfaticamente: «Os inimigos do comunismo estão a impedir a democracia no Brasil».



Professor Sá Filho. Os ilustres juristas Ministro Ribeiro da Costa e Prof. Sá Filho, foram as vozes que se levantaram contra a cassação da legalidade do P.C.B., exigida por Truman. O governo de então, do gen.

Tentando confundir a opinião pública, assacam com o mesmo os inimigos do povo: «Todo mundo sabe que o programa autêntico de qualquer Partido Comunista ofende o regime democrático, isto é, nega a pluralidade partidária e a proteção dos direitos fundamentais do homem — como nós, ocidentais, o entendemos». («Folha da Manhã», 21-3-54).

Nosso povo sabe, através de sua própria e dolorosa experiência diária, que quem atenta contra a democracia e os direitos fundamentais do homem é o regime vigente no Brasil, a democracia de fachada dos Getúlio. Há aqui, com mal arranjadas roupagens «democráticas», uma feroz ditadura, a ditadura de um reduzido grupo de latifundiários e de grandes capitalistas ligados aos trustes americanos. Nesse regime não há liberdade para os partidos realmente democráticos. Apenas uma pequena minoria vota. Milhões de camponeses não têm sequer possibilidade de escolher candidatos. O povo é esmagado. Aos operários são negados inclusive os direitos já conquistados e consagrados em leis, como a liberdade sindical e o direito de greve. Uma repressão cruel impede os camponeses e assalariados rurais de se organizarem, a maioria dos brasileiros se encontra privada de direitos. A dignidade humana é ofendida cotidianamente por um sistema de fome e opressão em que milhões de homens são reduzidos a bestas de carga, vivendo na indignidade e na ignorância, morando como bichos em choupanas e favelas, inteiramente afastados dos benefícios da técnica e da civilização.

HOMENS DE TODOS OS PARTIDOS PELA LEGALIDADE DO PCB



Otávio Mangabeira é um dos muitos homens públicos que defendem o direito do P.C.B. à legalidade. As vésperas da cassação do registro do Partido Comunista, em 1947, afirmou o recém-eleito governador de Bahia: «É evidente que, em nome da defesa das instituições democráticas, não se justifica o fechamento do Partido Comunista».

Contra tudo isso se levanta justamente o P.C.B., estendendo a mão a todos os patriotas, para que se unam na luta por um regime a serviço da esmagadora maioria da população. O Programa do P.C.B. aponta o caminho para a conquista de um regime de liberdade, que defenda os interesses de operários e camponeses, de industriais e comerciantes nacionais, das camadas médias da população. O P.C.B. luta precisamente por um regime de bem-estar e abundância em que o cidadão possa viver e progredir como ser humano, condignamente. Luta, enfim, ao lado de todos os patriotas, para libertar nossa pátria do jugo ianquista e conquistar a plena independência nacional. Mais do que nunca, o P.C.B. é hoje o grande e legítimo defensor das liberdades democráticas e o mais autorizado porta-voz da nação.

Rev. de Janeiro 19 de maio de 1954

Presidente do Instituto Democrático

Nos últimos dias, vimos no J. Infante, nova edição em favor da legalidade do P.C.B. como partido político. Não nos pareceu necessário e acreditamos que não há mais que haver demonstração de que o Partido Comunista Brasileiro é legal.

São Paulo, 17.3.1954

Ao Sr. Presidente do T.S.E.

Resumo manifestar os valores e a legalidade do Partido Comunista e a vontade para que o registro seja imediato com a maior urgência, por meio de um ato de benevolência.

Cartas como essas não chegam aos milhares às mãos dos membros do T.S.E. Ninguém poderá ignorar a vontade manifesta do povo.

Sómente através da luta unida de milhões de brasileiros será possível conquistar a legalidade do P.C.B. e derrotar o grupo fascista que oprime o povo. Os governantes a serviço do opressor americano, não cedem sem luta, pois sabem que a legalidade do P.C.B. significará um passo no sentido das liberdades democráticas e da libertação da pátria. Assim, o anseio do povo em favor da participação legal do Partido Comunista na vida do país terá de se manifestar de forma inequívoca e vigorosa, sob as mais variadas formas.

Que todos os democratas, todos os patriotas homens e mulheres do povo, em conjunto ou individualmente, manifestem-se pela legalidade do P.C.B. junto ao Tribunal Superior Eleitoral, através de cartas, abaixo-assinados, vistas aos juizes, declarações à imprensa, etc. Os pronunciamentos do povo não de fazer valer o interesse da nação, que reclama imperiosamente: LEGALIDADE PARA O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL!

Discute o P. C. do Uruguai o Programa e os novos Estatutos do P. C. do Brasil

Intensa repercussão alcançaram, no seio da classe operária e do povo do Uruguai, os Estatutos e o Programa do Partido Comunista do Brasil. O órgão central do Partido Comunista do Uruguai «Justiça», fez o levantamento do histórico documento, publicando, numa de suas edições, um resumo em que são destacados os pontos principais do Programa aprovado pelo Comitê Central do P.C.B.

Em mesmo tempo o Comitê Nacional do Partido Comunista do Uruguai vem dedicando especial atenção ao Programa, assim como aos novos Estatutos do Partido Comunista do Brasil. Nesse sentido, reuniram-se, recentemente, o Comitê Executivo do PSU, sob a presidência do camarada E. Pastorino, com o objetivo de discutir as resoluções adotadas na recente reunião do Comitê Central do PCB, em que foram aprovados o Programa e os novos Estatutos.

Nessa reunião, segundo notícia «Justiça», o órgão central do PC do Uruguai, elevando em conta a transcendência que têm, para todos os povos da América Latina, tão valiosos documentos, o Comitê Executivo resolveu que seja apresentado, na próxima reunião pública do Comitê Nacional, um Informe do Comitê Executivo sobre o Programa e os Estatutos do Partido Comunista do Brasil. Foi designado informante o dirigente Alberto Suárez. A reunião será presidida por Eugênio Gomez, secretário geral do Partido Comunista do Uruguai. Referindo-se a esse ato diz «Justiça»: «A repercussão que teve o lançamento do Programa e dos Estatutos do PCB, a notável participação do proletariado e do povo brasileiro nas lutas da América Latina pela paz e libertação nacional, destacam a transcendência desse grande ato público».

O Programa e os Estatutos do PCB vem tendo uma difusão nesse país, sendo ilhos com crescente interesse pelos militantes comunistas e os patriotas que lutam pela libertação nacional.

OBRIGADOS A TRABALHAR ATE' DENTRO DO FOGO!

PABAGUAÇU PAULISTA — Estado de São Paulo (Do correspondente) — Na Fábrica de Óleo de Algodão de Anderson Clayton, trabalham cerca de 200 operários. Os olheiros ganham 4,80 por hora; os do pátio, 4 cruzeiros e os gancheiros, 4,50. Recentemente foi admitido um superintendente alemão, de nome Aldo, que tornou a vida dos trabalhadores ainda mais dura, devido às perseguições por ele desencadeadas na fábrica. O superintendente, utilizando métodos fascistas, passou a perseguir, principalmente, os operários de três a mais anos de serviço para forçá-los a pedir demissão e, assim, perderem o direito à indenização. Foi o caso do sr. Joaquim, com 5 anos de trabalho. Perdeu a saúde na fábrica e foi forçado a pedir a conta para se tratar; os donos da fábrica não pagaram a indenização. Foi o caso, também, do sr. Cicero que, tendo três anos de serviço, pediu as férias. Não deram. Pediu licença de 20 dias, também não deram. Então, desesperado, e não tendo a quem recorrer, o operário foi obrigado a pedir demissão. Nada recebeu de indenização.



Je pela cidade pedindo a solidariedade popular para que seus cinco filhos pequenos não morram de fome. Há pouco tempo esteve na fábrica de uma comissão de americanos que impuseram um novo regime disciplinar que proíbe a entrada de qualquer pessoa. Nem as esposas dos próprios operários podem entrar na empresa.

Os patrões proibem também a entrada de jornais e revistas de qualquer espécie. Um espanhol que gostava de ler foi dispensado por não se submeter a essa ordem absurda. Até o vendedor de docas foi proibido de entrar na empresa.

Tudo esse rigor só pode ser para impedir que qual quer pessoa veja até que ponto são explorados os operários. É o que acontece, particularmente, com os foguistas e turbinistas. Seu trabalho é extremamente prejudicial à saúde.

Agravando a situação em que trabalham, o superintendente alemão mandou colocar um ralo no ventilador que puxa a palha da semente do algodão para a turbina. A palha engancha no ralo e provoca um calor insuportável. O foguista é obrigado a entrar naquele cano cheio de fogo e desentupir a tela. É preciso que o foguista entre com auxílio de uma mangueira esguichando água fria, arriscando-se a contrair uma pneumonia ou uma tuberculose e até morrer no meio das chamas. Não tendo condições para lutar contra aquela ordem absurda, um operário daquela seção resolveu pedir demissão. Há dias um operário desmaiou dentro do ventilador e só não morreu, devido à ajuda de um chefe que estava perto e o socorreu.

Por todos esses motivos, os operários vêm com maus olhos esse fascista alemão que se encontra a serviço dos imperialistas norte-americanos. Os trabalhadores necessitam de aumento de salário, estão solidários com seus companheiros de São Paulo e de todo o país, na luta pela conquista do aumento do salário-mínimo.

Getúlio nada dizendo sobre o problema do latifúndio, uma das causas do atraso de nosso país, nem tocou na situação dos que possuem pouca terra a qual já não satisfaz as necessidades das famílias. Enquanto isso, há uma região de extensos vales inexplorados. E onde existem duas grandes áreas de terra, a Fazenda Velha e a Fazenda da Picada, no Município de São Francisco de Paula, onde o governo de Dornelles e a secretaria de Maneco, proibem inclusive pela repressão policial, que os colonos se fixem e trabalhem. Mas Vargas ainda encontra coragem para falar num eflorante regime de pequena propriedade.

A certa altura Vargas fala em finalmente traçar e executar, direta e indiretamente, o programa nacional de colonização, tendo em vista a fixação de imigrantes e proporcionar aos nacionais o acesso à pequena propriedade agrícola. Mas não falou no problema da distribuição da terra aos que a trabalham, naturalmente porque é um dos maiores proprietários de terra do país. Como se sabe é o exodo dos camponeses por falta de terra e de assistência.

O velho latifundiário de Itu se referiu à posição de relevo que cabe ao nosso Estado, na produção de vinho, que ocupa o 3.º lugar na pauta das exportações gachas. Entretanto deixa de dizer que a indústria do vinho por várias vezes se viu em dificuldades durante seu governo por falta de uma regulamentação da entrada no país dos vinhos importados. E apesar dos reclamos dos setores progressistas da economia nacional, não resta relações com todos os países do mundo, em particular com a URSS e a China. Falou no compenho de governo em promover o engrandecimento industrial do país. Mas continuam se agravando os problemas da indústria e da agricultura porque os produtos de importação escasseiam e atingem a preços brutais, em consequência do Plano Aranha, feito para servir aos imperialistas norte-americanos.

Em sua falação Getúlio nem sequer tocou no salário-mínimo de 1.800 cruzeiros pelo qual lutam os trabalhadores, ao mesmo tempo que combatem a carestia e, com isso mostra mais uma vez seu desprezo às aspirações populares. Em compensação, houve a mais fria e indiferente recepção ao tirano por parte da massa popular, inclusive da parte de importantes setores da indústria, do comércio e da agricultura. Ao mesmo tempo, os pichamentos dos muros e um Manifesto do Comitê Municipal de Caxias do Sul do Partido Comunista do Brasil, expressavam todo o repúdio a Vargas e seu séquito de pelegos, demagogos e policiais. Isto porque os interesses que Getúlio representa estão em completa contradição com os interesses da classe operária, dos colonos, dos comerciantes, agricultores e industriais progressistas. Isto porque o povo começa a compreender o caráter do governo de Vargas, serviço dos latifundiários e grandes capitalistas e sustentáculo do imperialismo norte-americano. O povo ensaia por um regime democrático e popular com um governo Democrático de Libertação Nacional conforme preconiza o PCB em seu Programa.

Getúlio nada dizendo sobre o problema do latifúndio, uma das causas do atraso de nosso país, nem tocou na situação dos que possuem pouca terra a qual já não satisfaz as necessidades das famílias. Enquanto isso, há uma região de extensos vales inexplorados. E onde existem duas grandes áreas de terra, a Fazenda Velha e a Fazenda da Picada, no Município de São Francisco de Paula, onde o governo de Dornelles e a secretaria de Maneco, proibem inclusive pela repressão policial, que os colonos se fixem e trabalhem. Mas Vargas ainda encontra coragem para falar num eflorante regime de pequena propriedade.

A certa altura Vargas fala

dos Unidos oprimindo o povo e que de nada valem promessas não cumpridas. São palavras vãs que o vento leva. Finalmente escreve: «Camaradas, nossa liberdade virá; mais dias menos dias, poderemos respirar o ar puro que o glorioso povo soviético respira».

NOTA DA REDAÇÃO — Indicamos ao leitor que a tude o Manifesto Comunista, de Marx e Engels, bem como as obras de Stálin. Isto, por que nos parece que o leitor faz uma comparação mecânica entre o que sucede aos comunistas e o que sucedeu aos cristãos na antiguidade pelos governantes de hoje um fator de vitória da luta revolucionária do proletariado. Entretanto, o que nos dá a convicção da inevitabilidade da vitória do proletariado na luta pelo socialismo e o comunismo são as leis do desenvolvimento material da sociedade.

FRIEZA E DESPREZO DO POVO DURANTE A VISITA DE VARGAS

CAXIAS DO SUL — (Do correspondente) — Acompanhando de um bando de tiras de Porto Alegre e do Rio, ostentando na cidade todo um aparato bélico com unidades da polícia especial do Exército, rodeado de pelegos entre os quais o conhecido agente policial do Ministério do Trabalho Antenor Pereira, assim compareceu o sr. Getúlio Vargas à tradicional Festa da Uva. A demagogia, bem caracterizada pela manifestação da S.A.N.D.U., nova incarnação do P.T.B. vinha acompanhada da violência pela presença aparatos da polícia. Foram vítimas dessa violência dois jornalistas da imprensa popular, presos e ameaçados em sua integridade física.

O discurso do sr. Vargas em pouco difere do outros em matéria de demagogia. Mas nada disse no que toca à massa de colonos que se vê a braços com o encarecimento da produção, devido ao aumento nos preços dos adubos, inseticidas, material para reparo e renovação, como fios e balanques, situação que poderia ser minorada com a elevação do preço da uva para 1,75 o quilo, conforme reivindicam os colonos. Como se sabe, por interferência direta de Maneco, filho de Vargas, o preço foi fixado arbitrariamente em 1,50. Entretanto, Vargas disse que graças à orientação e assistência técnica e legal que o governo lhe oferece, a cultura da videira e a indústria do vinho vêm se desenvolvendo sensivelmente, conciliando-se os seus produtos nos mercados e consolidando-se economicamente.

Getúlio nada dizendo sobre o problema do latifúndio, uma das causas do atraso de nosso país, nem tocou na situação dos que possuem pouca terra a qual já não satisfaz as necessidades das famílias. Enquanto isso, há uma região de extensos vales inexplorados. E onde existem duas grandes áreas de terra, a Fazenda Velha e a Fazenda da Picada, no Município de São Francisco de Paula, onde o governo de Dornelles e a secretaria de Maneco, proibem inclusive pela repressão policial, que os colonos se fixem e trabalhem. Mas Vargas ainda encontra coragem para falar num eflorante regime de pequena propriedade.

prolongasse tal situação convocaria assembléias, lutaria apoiada na massa de trabalhadores para coibir o abuso da Companhia. Os trabalhadores não escondem sua indignação pelo fato de estarem recebendo seus vencimentos depois de 45 e 50 dias.

em finalmente traçar e executar, direta e indiretamente, o programa nacional de colonização, tendo em vista a fixação de imigrantes e proporcionar aos nacionais o acesso à pequena propriedade agrícola. Mas não falou no problema da distribuição da terra aos que a trabalham, naturalmente porque é um dos maiores proprietários de terra do país. Como se sabe é o exodo dos camponeses por falta de terra e de assistência.

Em sua falação Getúlio nem sequer tocou no salário-mínimo de 1.800 cruzeiros pelo qual lutam os trabalhadores, ao mesmo tempo que combatem a carestia e, com isso mostra mais uma vez seu desprezo às aspirações populares.

Em compensação, houve a mais fria e indiferente recepção ao tirano por parte da massa popular, inclusive da parte de importantes setores da indústria, do comércio e da agricultura. Ao mesmo tempo, os pichamentos dos muros e um Manifesto do Comitê Municipal de Caxias do Sul do Partido Comunista do Brasil, expressavam todo o repúdio a Vargas e seu séquito de pelegos, demagogos e policiais. Isto porque os interesses que Getúlio representa estão em completa contradição com os interesses da classe operária, dos colonos, dos comerciantes, agricultores e industriais progressistas. Isto porque o povo começa a compreender o caráter do governo de Vargas, serviço dos latifundiários e grandes capitalistas e sustentáculo do imperialismo norte-americano. O povo ensaia por um regime democrático e popular com um governo Democrático de Libertação Nacional conforme preconiza o PCB em seu Programa.

HÁ "MARMELADA" POR TRAZ DO ATRASO DE PAGAMENTO

IMBITUBA — Santa Catarina (Do Correspondente) — Os trabalhadores do comércio, armazenador desta cidade estão recebendo seus vencimentos com 15, 20 e até mais dias de atraso por culpa do presidente do seu sindicato que nada faz para forçar a Companhia das Docas a efetuar o pagamento de 15 em 15 dias ou, no máximo, de 30 em 30. Tudo indica que há «marmelada» por trás disso tudo, pois uma diretoria honesta não permitiria que se

prolongasse tal situação convocaria assembléias, lutaria apoiada na massa de trabalhadores para coibir o abuso da Companhia.

Os trabalhadores não escondem sua indignação pelo fato de estarem recebendo seus vencimentos depois de 45 e 50 dias.

isto em dizer que, assim, muitos poderiam contribuir para a VOZ OPERÁRIA. Mas só não gastou os tostões que lhes caem nas mãos, destinando-os assim à ajuda permanente à VOZ OPERÁRIA.

Posta Restante

SÃO PAULO — LEITOR RÍCIO BATISTA, recebeu nos suas colaborações suas a primeira datada de 15-3-54 e a segunda, de 20-3-54, que trata da concentração em prol do aumento do salário mínimo realizado no Largo do Arouche. Queremos nos comunicar consigo pessoalmente sobre essas colaborações, motivo pelo qual solicitamos seu endereço.

QUATINGUA — LEITOR J. N. — (Paraná) — Pelos motivos que esclareceu, as informações chegaram tarde. Realmente, na edição 250 de 27-2-54, publicamos reportagem sobre o despejo de camponeses, mediante informação enviada por outro leitor.

RECEBEMOS — PORTO NOVO — (Minaas Gerais) — Carta de um ferroviário da Leopoldina.

VITÓRIA — Mensagem de dozeiros aos seus companheiros soviéticos, manifestando pesar pela morte de Stálin, datada de 20-3-54.

LIMEIRA — Reportagem sobre a Fábrica da Chapéus Prada.

NITERÓI — Carta de G. Paulo.

ARAÇATUBA — Reportagem sobre os camponeses da Fazenda 9 de Abril de Guararapes.

E. F. A. — POLON DO C. — Carta de Pascoal N. Lima de Oliveira.

VOTUPORANGA — Carta de Cristóvão de Haro.

— Discurso do dr. Nelson de Toledo Piza sobre o aniversário de Stálin; a cópia deste discurso enviada pela Sucursal de São Paulo, não vem acompanhada de informação alguma sobre cidade, data, etc.

SÃO MIGUEL PAULISTA — Carta de J. F. Reis sobre o 25.º aniversário do Partido Comunista do Brasil.

PERSEGUIDO E HUMILHADO, O FERROVIÁRIO TEVE MORTE PREMATURA

RIO CLARO (Do correspondente) — A administração da Companhia Paulista de Estradas de Ferro desencadeia a perseguição contra os ferroviários. Dentre outros operários perseguidos, estava Lazaro Bento Camargo, apontador, com 29 anos e 10 meses de serviço, prestes a ser aposentado e um tanto doente. Foi perseguido pelos chefes Braz Brotas e Baptista, chefe da Estação e feitor do Armazem de carga, sendo arbitrariamente removido para Triagem. Mas não pôde seguir para lá por estar doente. E apesar de estar com o tempo para aposentadoria quase vencido, foi-lhe suspenso o pagamento e a cooperativa lhe cortou o crédito. Essas perseguições causaram grande aborrecimento, ao velho ferroviário e, como estava pagando, de saúde, veio a falecer em consequência do enorme sofrimento moral imposto pelos chefes. A Estrada sugou o quanto pôde, todas as suas energias de trabalho e, finalmente, provocou sua morte prematura. Os trabalhadores responsabilizam os chefes mencionados por esse doloroso acontecimento; bem como o chefe da administração da Companhia Paulista: Cintra.

UMA DAS 1.001 FORMAS DE AJUDAR A "VOZ OPERÁRIA"

O leitor A. V. nos escreveu o seguinte: «Sr. Redator da VOZ OPERÁRIA. Novamente venho à sua presença para lhe entregar Cr\$ 45,00 (quarenta e cinco cruzeiros), em tostões, que guardei em minha caixinha, pois in-



CRIME DA POLÍCIA:

INVADIU A SUCURSAL DO "NOTÍCIAS DE HOJE"

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (Do Correspondente) — A polícia local invadiu e saqueou a sede da sucursal do jornal democrático «Notícias de Hoje», roubando não só os jornais ali existentes como todo o dinheiro que encontrou nas gavetas. Tudo indica que essa violência contra as liberdades democráticas e a violação dos direitos comerciais se deu em face da publicação, por aquele jornal do Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil, histórico documento que analisa a situação do Brasil do ponto de vista marxista. Pode-se afirmar que o povo em geral acolheu o programa com satisfação. Mas os «galinhas verdes» da cidade não o suportaram. Trataram de mancomunarse com o delegado de polícia local que, enviando para a sede da sucursal os soldados armados, praticou o crime contra a Constituição. Mas os homens do governo de opressão olham apenas o momento, não o futuro; eles não defendem a pátria, mas sim os interesses dos imperialistas norte-americanos. Mas nós temos a certeza de que se o povo compreende o Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil, forjará a unidade para libertar o Brasil e acabar com este regime de arbitrariedades.

VOZ OPERÁRIA

Diretor Responsável
JOÃO BATISTA DE LIMA E SILVA
MATRIZ
Av. Rio Branco, 257, 17.º and. sala 1712
SUCURSAIS

São Paulo — Rua dos Estudantes, 84, s/ 29 — 2.º andar.
P. Alegre — Rua Voluntários da Pátria, 527, sala 48.
Recife — Rua da Palma, 295, s/ 205, Ed. Saet
Salvador — Rua João de Deus, 1, s/1.
Fortaleza — Rua B. do Rio Branco, 1248, s/22.

Endereço telegráfico da Matriz e das Sucursais:
VOZPERIA
ASSINATURAS

Anual	Cr\$ 60,00
Semestral	30,00
Trimestral	15,00
N. avulso	1,00
N. atrasado	1,50

Este semanário é reimpresso em S. PAULO, PORTO ALEGRE, SALVADOR, RECIFE, FORTALEZA E BELEM.

POR QUE A VELHA CHINA NÃO PODIA INDUSTRIALIZAR-SE?

UM acontecimento de extraordinária significação tem lugar em nossos dias. A China, um dos mais vastos e ricos países do mundo (9,5 milhões de quilômetros quadrados), o mais populoso de toda a terra (475 milhões de habitantes), está se transformando rapidamente de país predominantemente agrícola em grande potência industrial. Realiza-se o sonho multissecular do grande povo chinês. Até hoje, todas as tentativas anteriores de promover a industrialização do país fracassaram. Desde a dinastia manchú até o Koumintang nada se conseguiu de ponderável. Por que a velha China não podia se industrializar? Por que a nova China se industrializa impetuosa e vitoriosamente?

A resposta está nos fatos, na própria história da China.

As primeiras fábricas

Na década de 1860 levantou-se na China um grande movimento contra os latifundiários e a invasão estrangeira. Foi a revolução Taiping. Funcionários do governo mandchú conhecidos como a "clique dos negócios estrangeiros" estabeleceram um Arsenal em Changal e outro em Fuchô. O objetivo era fabricar armas para oprimir os camponeses e manter a velha classe governante no poder. Em 1880 instalaram fábricas de tecidos e de papel. Muitas indústrias particulares foram postas sob o controle da "clique" a pretexto de "supervisão governamental dos negócios particulares" sob o rótulo de uma "Junta governamental-privada de administração". Era o monopólio nas garras dos servidores imperiais. O vice-rei Li Hung Chang era um dos mais poderosos membros da "clique dos negócios estrangeiros" e assenhoreou-se de toda a indústria têxtil de Changal.

A China torna-se uma semicolônia

Nos anos de 1895 a 1914 a China foi invadida pelos imperialistas de diversos países. Os investimentos diretos nas minas, fábricas e transportes feitos na China pela Grã-Bretanha, Rússia czarista, Estados Unidos, Japão, Alemanha e França passavam de um bilhão de dólares, muito mais que os capitais chineses nos mesmos ramos da economia. Nesse período foram construídas 6.014 milhas de ferrovias, sendo que 2.418 estavam diretamente nas mãos dos estrangeiros e o restante sob controle dos imperialistas através dos empréstimos para sua construção.

Em 1913, a produção de carvão era de 12.800.000 toneladas, sendo a metade diretamente controladas por empresas estrangeiras e o restante sob influência dos imperialistas. As minas mais importantes caíram nas mãos dos estrangeiros.

Em Changai eram produzidos 37 mil quilotes de energia elétrica dos quais 27 mil eram fornecidos por usinas de propriedade estrangeira. Dos 448 mil fusos existentes na indústria têxtil de Changai, 339 mil pertenciam a oito empresas

estrangeiras. O capital estrangeiro era garantido por navios de guerra e forças terrestres instaladas nas grandes cidades. Os estrangeiros estavam protegidos pela "extraterritorialidade" e não respondiam pelos seus atos diante dos tribunais chineses. Os governos feudais uniram seus interesses aos dos imperialistas. O mesmo aconteceu com uma parte dos industriais, conhecidos como "compradores".

A China tornou-se uma semicolônia. O capital estrangeiro, ligado aos lati-

fundiários e a "burguesia compradora", tornou-se a principal força opressora da China. Os líderes da indústria chinesa não tinham força política e econômica para lutar contra a crescente agressão econômica do imperialismo.

Com o punhal às costas

Durante a primeira guerra mundial a pressão dimi-

uiu. Surgiram dezenas de fábricas e moinhos. Mas os americanos e japoneses tentaram apoderar-se da China na ausência de seus rivais enfraquecidos na Europa. A débil indústria chinesa entrou novamente em declínio. Os capitalistas chineses uniram-se à classe operária e ao campesinato na revolução anti-imperialista de 1925-26. Mas em 1927, fiando-se nos "planos" do Koumintang traíram a revolução. Esperavam o desenvolvimento paralelo das "empresas do Estado" e das "particulares". A ilusão cedo se desfez. Em 1931, os investimentos dos imperialistas eram 2,5 vezes maiores do que em 1914. A Bond and Share (grupo Morgan) produzia tanta energia quanto as demais empresas juntas. A Cia. de Fumo Yee Soong (Inglês) produzia mais cigarros que todas as fábricas chinesas reunidas.

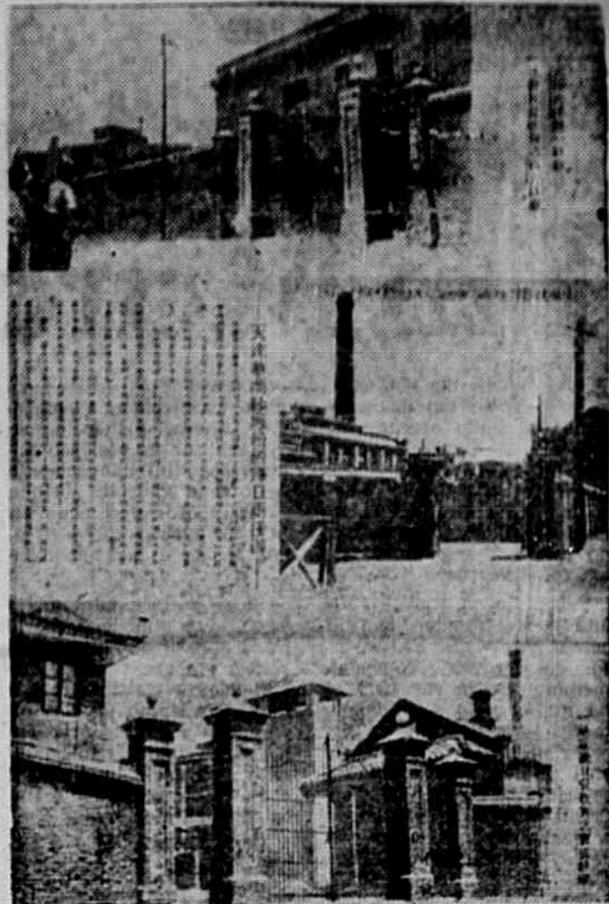
Pilhagem dos japoneses e dos burocratas de Chiang Kai Chek

Depois de 1937, os imperialistas japoneses se instalaram na China. As indústrias que não estavam sob seu controle direto nas áreas ocupadas foram obrigadas por lei ao regime das empresas mistas. Nas áreas não controladas pelos japoneses, os membros do Koumintang sob a capa da «Comissão Nacional de Recursos» estabeleceram um completo monopólio do carvão, ferro, energia, produtos químicos, metais não ferrosos etc. Em suas mãos estavam os quatro bancos do país. 70% de toda a indústria não controlada pelos japoneses estavam nas mãos dos burocratas do Koumintang, negociistas que asfixiavam a indústria nacional. Sob a máscara de nacionalização esmagavam os capitalistas particulares, oprimiam os operários por meio de baixos salários e os consumidores por meio de altos preços.

Acumulavam riquezas não para combater o invasor mais para a posterior guerra civil contra o povo, sob o pretexto nazista do anti-comunismo. Ao mesmo tempo hipotecavam as jazidas de minerais raras aos seus novos patrões,

nuiu. Surgiram dezenas de fábricas e moinhos. Mas os americanos e japoneses tentaram apoderar-se da China na ausência de seus rivais enfraquecidos na Europa. A débil indústria chinesa entrou novamente em declínio.

Os capitalistas chineses uniram-se à classe operária e ao campesinato na revolução anti-imperialista de 1925-26. Mas em 1927, fiando-se nos "planos" do Koumintang traíram a revolução. Esperavam o desenvolvimento paralelo das "empresas do Estado" e das "particulares". A ilusão cedo se desfez. Em 1931, os investimentos dos imperialistas eram 2,5 vezes maiores do que em 1914. A Bond and Share (grupo Morgan) produzia tanta energia quanto as demais empresas juntas. A Cia. de Fumo Yee Soong (Inglês) produzia mais cigarros que todas as fábricas chinesas reunidas.



Três empresas têxteis de proprietários particulares em Tientsin que foram forçadas a suspender suas atividades e vender suas instalações aos japoneses, em 1939

A Revolução era inevitável

Se o povo chinês tivesse permitido que esta situação continuasse, a China teria-se transformado numa colônia americana. Após a segunda guerra mundial, os monopólios oficiais entregaram tudo aos Estados Unidos — capital, pessoal técnico, equipamentos, os minérios eram enviados aos americanos a preço vil, como o volfrâmio, tungstênio, etc. Chiang Kai Chek vendia a independência da China. Os corruptos funcionários oficiais vendiam as fábricas aos americanos e transferiam o dinheiro para suas contas pessoais nos bancos estrangeiros. A eficiência das fábricas entrou em declínio. A Corporação das Indústrias Têxteis da China apresentava uma média diária de produção de fio de 37% abaixo dos padrões mundiais e 57% abaixo da média

alcançada antes da guerra com o Japão.

A própria História mostrou que a industrialização da China era impossível no velho regime. A revolução antifeudal e anti-imperialista era inevitável. Quando o domínio dos americanos foi despedaçado e foi aniquilado o poder dos latifundiários, quando o governo de traição nacional de Chiang Kai Chek foi derrubado pelo povo em armas sob a direção do Partido Comunista e de Mao Tse Tung, o grande povo chinês pôde empreender com êxito a industrialização de seu rico e vasto país, pôde lançar-se, como vencedor, à realização de um dos mais grandiosos feitos da História.

A China se tornou livre, independente e democrática. Por isso pôde industrializar-se para elevar o padrão de vida de seu povo e tornar-se poderosa e invencível.

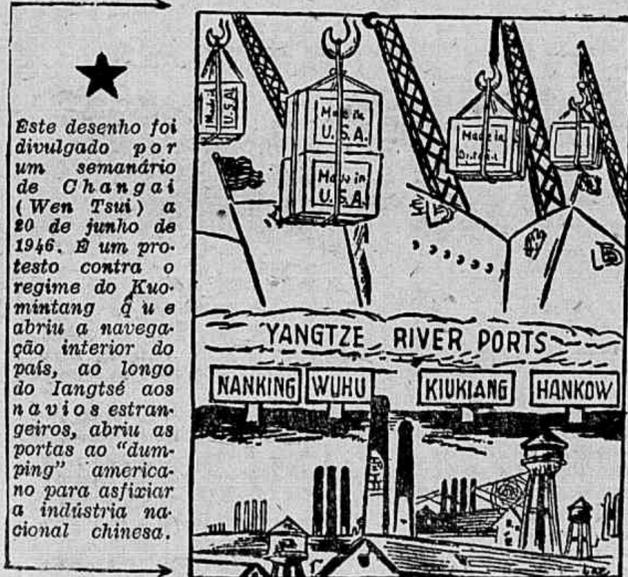
CALENDARIO Mês de Abril

INTERNACIONAL

- 4 — 1945 — Libertação da Hungria pelo Exército Vermelho (Festa Nacional Húngara).
- 7 — 1939 — Ataque de Mussolini à Albânia.
- 8 — 1927 — Sacco e Vanzetti, revolucionários italianos, são eletrocutados nos Estados Unidos, apesar dos protestos erguidos em todo o mundo.
- 12 — 1945 — Morte de Roosevelt.
- 14 — 1930 — Morte de Malakoviski, poeta da Revolução Socialista.
- 14 — 1931 — Proclamação da República na Espanha.
- 16 — 1917 — Lênin volta do exílio e Petrogrado, onde apresenta as famosas Teses de Abril, sobre a transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista.
- 18 — 1904 — Circula o primeiro número de «L'Humanité», fundado por Jean Jaurès. Comemora-se, este ano, em meio a grandes festas, o cinquentenário do órgão do P.C. Francês.
- 21 — 1949 — Reune-se, em Paris e em Praga, o I Congresso Mundial dos Partidários da Pa.
- 22 — 1870 — Nascimento de Lênin, em Simbirsk.
- 27 — 1937 — Morte de Antônio Gramsci, fundador do P.C. Italiano.
- 28 — 1900 — Nascimento de Maurice Thorez, chefe do P.C. Francês.

NACIONAL

- Abril, 1953 — Reune-se o Comitê Nacional do P.C.B., que analisa a situação política e as tarefas do Partido à luz dos ensinamentos do XIX Congresso do P.C.U.S., à base do Informe de Luiz Carlos Prestes: «O XIX Congresso do P.C.U.S. e as tarefas de nosso Partido», e do Informe de Diógenes Aruda: «Forjemos nosso Partido à imagem e semelhança do Partido de Lênin e Stálin».
- 18 — 1949 — Anistia. Luiz Carlos Prestes e outros dirigentes comunistas deixam a prisão.
- 18 — 1882 — Nascimento de Monteiro Lobato, em Taubaté, São Paulo.
- 21 — 1792 — Execução de Tiradentes.
- 21 — 1937 — O governo de S. Paulo determina o massacre dos presos do presídio Maria Zélia, matando 4 deles e ferindo dezenas.
- 25 — 1935 — Luiz Carlos Prestes adere à Aliança Nacional Libertadora, em carta endereçada àquela organização.
- 26/30/1929 — Congresso Operário Nacional, sob a influência dos comunistas, reorganizando-se a central sindical sob a denominação de Confederação Geral do Trabalho do Brasil.
- 29 — 1945 — A 148.ª Divisão Alemã e a Divisão «Itália» rendem-se à FEB em Collecchio.



Este desenho foi divulgado por um semanário de Changai (Wen Tsui) a 20 de junho de 1946. É um protesto contra o regime do Koumintang que abriu a navegação interior do país, ao longo do Yangtsé aos navios estrangeiros, abriu as portas ao "dumping" americano para asfixiar a indústria nacional chinesa.

Duzentos Mil Ferroviários Em Marcha Para a Unidade

HA QUASE meio século vêm os ferroviários destacando-se como um dos setores mais esclarecidos e combativos da classe operária brasileira. Agora, quando prepara-se o IV Congresso Nacional, a realizar-se, possivelmente, em junho, esse passado de lutas constitui não sómente um fator de estímulo, mas também, uma garantia de que o Congresso será um marco decisivo no fortalecimento da unidade de ação dos duzentos mil ferroviários brasileiros, no fortalecimento de sua luta por tantas e tão importantes reivindicações.

Belas são as tradições de luta dos trabalhadores de nossas ferrovias. Erguendo-se em greves e combates memoráveis, já em 1907 — há quase meio século, portanto — greves que se sucederam em 1911, 1913, 1921, etc., foram os ferroviários os primeiros a conquistar, no Brasil, a jornada de 8 horas e, posteriormente, as Cajas de Aposentadorias e Pensões.

Essas foram vitórias de uma luta árdua e contínua. Hoje, quando é ainda maior a exploração aos ferroviários, quando ainda mais duras são as condições em que trabalham e vivem, quando até a jornada de 8 horas — primeira reivindicação que conquistaram — lhes é negada, mais claro se torna que novas vitórias só virão com novas e maiores lutas, com unidade e combatividade maiores. É a lição da experiência de quase meio século. É a lição da experiência de hoje, mostrando que, do governo e dos patrões, só podem os operários esperar mais exploração, mais perseguições, mais violência, mais opressão. O entusiasmo despertado, entre amplos setores ferroviários, pela idéia do Congresso Nacional é fruto dessa compreensão.

Nem a jornada de 8 horas

Na Central do Brasil já se verificaram acidentes em consequência da exaustão de ferroviários que, após trinta e mais horas de trabalho contínuo, preferem o governo de suas máquinas. Tais fatos são, apenas, um exemplo da terrível exploração de que são vítimas os trabalhadores das ferrovias brasileiras. Ganhando salários baixíssimos, morando em casas miseráveis, sem assistência médica e hospitalar efetiva, submetidos às mais duras condições de trabalho, os ferroviários alcançam aposentadoria, após trinta e cinco anos de serviço, quando já se esgotou sua resistência física, quando as

doenças já lhes minaram o organismo, quando a morte já se aproxima. Muitos operários, embora doentes, são obrigados a trabalhar até o limite do tempo de serviço, porque a aposentadoria antes desse limite não dá direito ao salário integral. E não é raro que deixem o trabalho para morrer.

Tal é a exploração aos ferroviários que nem mesmo a jornada de 8 horas é respeitada. Eles são obrigados a trabalhar 14, 16, 20 e mais horas, isso quando os trens não atrasam, não caem nas velhas estradas, obrigando os maquinistas, foguistas, etc., a jornadas até de mais de 48 horas. Ao lado dessa exploração desenfreada, é igualmente sem limite a opressão. As perseguições aos trabalhadores são constantes. É negado aos ferroviários das estradas pertencentes ao governo o direito de sindicalizar-se, de lutar organizadamente pelos seus direitos.

As ferrovias brasileiras se encontram, hoje, a serviço da preparação guerreira dirigida, no país, pelo governo de Vargas e os imperialistas americanos. Esse é o principal fator de agravamento da exploração e opressão dos ferroviários. Por isso mesmo, a luta dos trabalhadores não pode ter um caráter meramente econômico. Ao contrário, para lutar contra a exploração e opressão de que são vítimas os ferroviários têm que enfrentar suas causas, têm que enfrentar o governo de Vargas e os imperialistas lanques, cuja política os explora e oprime.

A rede ferroviária brasileira é colocada, hoje, a serviço do transporte de materiais estratégicos, particularmente de minérios para os lanques. Com esse objetivo as ferrovias são submetidas a «reformas» e ampliação ou são construídos novos caminhos de ferro. Constrói-se, agora, a Estrada de Ferro do Amapá, para o transporte do manganês daquela região. Reformou-se a Vitória-Minas, para transportar o minério do Vale do Rio Doce.

Prossegue a construção da ferrovia Corumbá-Santa Cruz de La Sierra, visando o minério de ferro do Brasil Central e o petróleo do Chaco, na Bolívia. Prepara-se a «reforma» da Leste Brasileiro para transportar o minério de Campo Formoso e Santo Antonio de Jesus, na Bahia. A Central do Brasil está sendo «modernizada» com o objetivo de transportar minérios. O governo de Getúlio cumpre, desse modo, os compromissos assumidos com a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e com a assinatura do «Acordo Militar», segundo o qual a economia nacional e nossa rede de transportes devem servir, em primeiro lugar, aos belicistas lanques. É por isso que a produção nacional apodrece no interior do país por falta de transporte, é por isso que não há trens para o povo. É por isso, também, que as nossas ferrovias são deficitárias, vivem em pandarecos. Tudo isso determina a intensificação sem precedente da exploração e da opressão sobre os ferroviários.

Luta Junto Com Todo o Povo

Os fatos acima apontados mostram por que a luta dos ferroviários brasileiros pelas suas reivindicações não pode ser de caráter meramente econômico. Elas terão que ser lutas ligadas ao grande combate do povo brasileiro pela independência nacional, pela libertação do nosso país das garras dos imperialistas americanos. As reivindicações políticas, econômicas, sociais e culturais dos ferroviários só poderão ser plenamente realizadas quando os trabalhadores, juntamente com todo o povo, alcançarem o governo democrático de libertação nacional. «Um governo que — como diz o Programa do PCB — será capaz de implantar um regime de plena liberdade e democracia para o país, de assegurar aos operários e demais trabalhadores suas conquistas e seus direitos, de garantir a toda a população brasileira uma vida próspera, livre e feliz.»

O Congresso, Um Marco

O IV Congresso Nacional dos Ferroviários é o toque de reunir para duzentos mil ferroviários brasileiros. Grandes e importantes reivindicações levantarão os operários nesse conclave, entre as quais destacam-se: salário-mínimo igual para os ferroviários em todo o país; aumento geral de salários; assistência e seguro social dignos, mantidos pelo governo e pelas empresas ferroviárias, extensivos a todos os ferroviários e suas famílias; aposentadoria capaz de manter o ferroviário depois de um longo período de trabalho e pensão para a viúva e filhos dos ferroviários, à altura das necessidades; direito de sindicalização; direito de administrar as Cajas de Aposentadoria e Pensões sem a interferência do governo e da administração das ferrovias; pagamento, às Cajas, das dívidas do governo e das ferrovias; efetiva aplicação da legislação social, fiscalizada pelos trabalhadores; respeito à jornada



Flagrante do início do movimento grevista na Rede Mineira de Viação, em Cruzeiro, no ano de 1949. As mulheres dos ferroviários, muitas levando nos braços seus filhos, ocupam o leito da ferrovia, impedindo, assim, a movimentação dos trens pelos fura-greves. Esta é uma das mais belas páginas das lutas operárias dos últimos tempos e, por certo, as mulheres de Cruzeiro estarão presentes ao Congresso Nacional dos Ferroviários, apoiando a luta de seus companheiros e delas recebendo a homenagem que merecem.

de 8 horas e 44 horas por semana; direito dos sindicatos realizarem contratos coletivos de trabalho

com as empresas particulares, etc. Essas são as principais reivindicações por que lutam os ferroviários

e que, por certo, constituirão um programa de luta a ser discutido pelo Congresso.

Dai ressalta, pois, a excepcional importância do Congresso, destinado a ser um marco decisivo para a unidade de ação dos duzentos mil ferroviários brasileiros. Compreendendo isso, importantes setores de ferroviários já se lançam à preparação do conclave, que há de contar com o apoio das organizações populares, juvenis e femininas, de todo o povo, enfim e, particularmente, dos camponeses e de outros setores da classe operária que estão em ligação permanente com os proletários das ferrovias e que nunca faltaram com apoio às suas lutas.

Vida Dos Partidos Comunistas

PLENO DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA

Realizou-se, de 6 a 10 de fevereiro, em Pequim, o IV Pleno do Comitê Central do Partido Comunista da China. O camarada Mao Tse Tung, ora em repouso, não assistiu aos trabalhos. O camarada Liu Chao-Tsi, secretário do CC, apresentou um informe em nome do Birô do CC. Quarenta e quatro camaradas, entre os quais Chu Té e Chu En-Lai, fizeram intervenções. Após uma minuciosa discussão o Pleno adotou, por unanimidade, uma «Decisão sobre o reforçamento da unidade do Partido». Aprovou, também, toda a atividade do Birô Político deste o III Pleno do CC e decidiu convocar, para este ano de 1954, uma Conferência do Partido para toda a China. A «Resolução sobre a consolidação da unidade do Partido», elaborada à base de uma proposta anteriormente feita pelo camarada Mao Tse Tung ao Birô Político, destaca a importância da unidade do Partido e da vigilância política dos membros do Partido, no momento em que a China já se encontra na etapa socialista da revolução e se lançará ao cumprimento do Primeiro Plano Quinquenal, de transformações socialistas.



ENCERRAMENTO DO CONGRESSO DO P. C. DA INDONÉSIA

Encerrou-se, no dia 21 de março em Djakarta, o V Congresso do Partido Comunista da Indonésia. O Congresso discutiu o Informe Político do CC do Partido, apresentado pelo camarada Aidit. O Congresso fez o balanço da heróica luta do povo indonésio, determinou as tarefas do Partido no com-

bate pela liquidação dos vestígios do regime colonial, da miséria e da preponderância do capital estrangeiro. O Congresso aprovou, depois de amplas discussões, os novos Estatutos e o novo Programa do Partido Comunista, no qual se coloca, em particular, a tarefa de criar

uma verdadeira Frente Nacional.

O Congresso elegeu o Comitê Central, composto de 13 membros efetivos e 3 suplentes. Instituiu-se o Birô Político do CC, do qual fazem parte cinco camaradas.

O Congresso encerrou-se em grandioso comício, ao qual compareceram cem mil pessoas.

PLENO DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA FINLÂNDIA

A 13 e 14 de março realizou-se, em Helsinque, um Pleno ampliado do CC do Partido Comunista da Finlândia. O Pleno discutiu as questões relativas à preparação do X Congresso do Partido.

Em seu Informe o camarada Ville Pessi, secretário geral do Partido, referiu-se às últimas eleições ao Parlamento, assinalando que o Partido Comunista e a União Democrática do Povo da Finlândia conquistaram uma firme posição no seio do povo finlandês e contam com um considerável apoio popular.

O Pleno aprovou o programa de ação para o futuro próximo e um manifesto ao povo. Foi decidido, por fim, convocar para 2 de outubro o X Congresso do Partido.



Conservação do leito das ferrovias é um dos trabalhos mais duros. O operário caminha, a pé, grandes distâncias e trabalha sob o sol ou a chuva, sem qualquer proteção, em troca de salários miseráveis.

**Um direito
que os
trabalhadores
não dispensam**

Lutar Pelo Novo Salário - Mínimo E' Lutar Contra a Fome!

O atual salário-mínimo é de fome. Os trabalhadores não podem mais suportar a penúria e a miséria a que estão lançados. A elevação dos atuais níveis do salário-mínimo é portanto, uma exigência da qual os trabalhadores não podem abrir mão, em hipótese alguma.

O grandioso comício de São Paulo e o

memorial-monstro pelo aumento do salário-mínimo demonstram que se fortalece a unidade de ação e se intensifica a luta. Diante disso, os patrões insistem em desunir os trabalhadores e lançam falsos e hipócritas «argumentos» contra o novo salário-mínimo e que Getúlio, o pai da carestia, acolhe com satisfação.

**Um aumento
que os
patrões
podem pagar**

LUCROS ENORMES, MESMO DOBRANDO OS SALÁRIOS

Dizem os patrões que, com o novo salário-mínimo, todo o lucro das empresas, toda a renda nacional, seria consumido com o pagamento de salários.

E' falso. Eis os fatos:

1 — Mesmo em países capitalistas, onde os operários são ferozmente explorados, como nos Estados Unidos, os salários são 30% do total das despesas das empresas. No Brasil, chega apenas a 10%.

2 — Nas suas declarações de renda, numerosas empresas confessam lucros de mais de 100%, chegando algumas a alcançar 5.000%. As empresas americanas, em quatro anos, dobraram seus capitais só com os lucros retidos.

3 — Portanto, mesmo duplicando os salários, o que daria pouco mais de 18% das despesas totais das empresas, os patrões ainda ficariam com enormes lucros.



Quem causa o desemprego?



O novo salário-mínimo causará o desemprego, dizem os patrões. Mais uma vez querem tapar o sol com uma peneira. Eis alguns fatos:

a — É sabido que os patrões, especialmente nas grandes empresas, costumam despedir trabalhadores sem preencher suas vagas, obrigando os que ficam a trabalhar dobrado.

b — É comum os patrões despedirem operários que se aproximam da estabilidade para substituí-los por mulheres e menores com salário menor.

c — É sabido que o racionamento da Light — e agora até o racionamento da água no Distrito Federal — causam o desemprego de inúmeros trabalhadores.

d — É do conhecimento público que a falta de importações de máquinas e matérias-primas, devido à submissão do governo de Vargas aos americanos, impede o desenvolvimento das fábricas e ameaça muitas delas de fechamento.

A ameaça de desemprego existe. Ela está na política de exploração nacional de Getúlio, no domínio americano e não no salário-mínimo.

UM GOLPE NA EXPLORAÇÃO

Encostados à parede, os patrões invocam novos «argumentos» que afinal de contas se voltam contra eles. Por exemplo:

— O novo salário-mínimo vai determinar o aumento do salário dos trabalhadores qualificados.

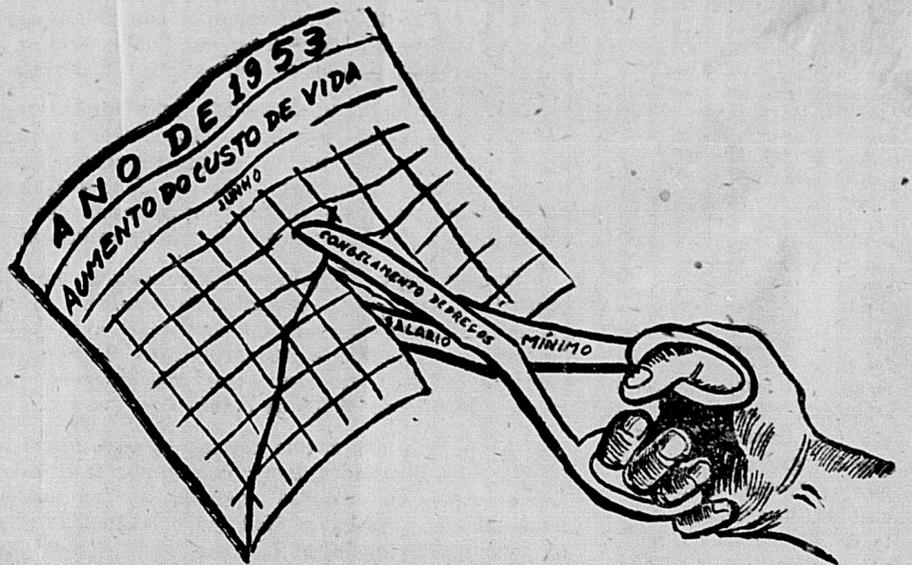
E que mal há nisso? Os trabalhadores querem é isto mesmo. Por isto mesmo é que todos os trabalhadores estão unidos pelo novo salário-mínimo.

— Com o novo salário-mínimo vai aumentar a vinda de trabalhadores do campo para a cidade, pois a diferença de salários na cidade e no campo será maior do que agora.

Então vamos concordar em morrer de fome para que os latifundiários ex-

plorem tranquilamente nossos irmãos camponeses? O que eles temem e procuram impedir é que a luta pelo novo salário-mínimo, já iniciada no campo, mobilize as massas de milhões de trabalhadores agrícolas.

— Com o novo salário-mínimo o governo não terá dinheiro para pagar o inevitável aumento do funcionalismo. Então o governo que aumenta os preços todos os dias, que aumenta os impostos sem cessar, tem o direito de condenar os barnabés, os militares, os operários de suas empresas a salários e vencimentos de fome? Que esbanje menos dinheiro com os negociatas e o filhotismo! Que reduza as despesas militares! Se houver menos canhões haverá mais pão para o funcionalismo.



UM GRITO DE DESESPÉRO...

O especialista brasileiro em alimentação, professor Josué de Castro, manifestou-se a favor do novo salário-mínimo porque «no Brasil há fome». Na Associação Comercial de Rio de Janeiro, um de seus diretores, José Luiz de Oliveira, esbravejou:

— Declarações... Congresso devia cassar títulos científicos ou honoríficos de doutores que proferissem barbaridades de tamanha inconsistência...

... E UMA DEMONSTRAÇÃO DE CINISMO

O «argumento» final dos tubarões é que o aumento no salário-mínimo «vem tarde demais». Assim, por exemplo, o «Correio da Manhã» zomba dos trabalhadores: «Só mesmo comerciantes ou industriais analfabetos não reajustariam os preços de suas mercadorias ao novo salário». E informa que a elevação dos preços foi feita «às carreiras». E com o auxílio de Getúlio e sua COFAP, acrescenta-se.

Mas isto só prova que é justíssima a exigência dos trabalhadores: aumento no salário-mínimo e congelamento dos preços ao nível vigente em junho de 1953. Pois foi nessa base que o salário-mínimo foi calculado pelo próprio governo!



Manifestação pelo Salário-Mínimo em São Paulo

CONTRA A FOME E A MISÉRIA, LUTEMOS PELO NOVO SALÁRIO-MÍNIMO E PELO CONGELAMENTO DE PREÇOS!

O PROGRAMA DO P.C.B. Programa da Juventude

CARLOS DANIELI

O PROJETO de Programa do PCB é o documento mais importante publicado pelo nosso Partido. É uma análise marxista da realidade brasileira e aponta justas soluções para os problemas fundamentais da revolução brasileira na sua atual etapa, na etapa da revolução agrária e antiimperialista. Por isso mesmo, na luta por sua execução poderão se unir todas as forças populares, democráticas, progressistas, nacionais e libertadoras. Essas forças, sob a direção da classe operária, realizarão as tarefas de libertar o nosso povo do domínio do imperialismo americano e dos seus lacaios nacionais, representados pelo governo de Vargas, governo de latifundiários e da grande burguesia ligada ao imperialismo lanque.

Como ensina Lênin, a vanguarda sozinha não vence, é preciso que a vanguarda seja apoiada pelas mais amplas massas e aliados. Diante de nosso Partido foi colocada a tarefa de transformar o Programa do Partido em Programa de todo o povo brasileiro, de todas as forças democráticas, progressistas, nacionais e libertadoras, que, unidas em ampla frente democrática de libertação nacional, serão capazes de derrubar o governo de grandes latifundiários e de agentes do imperialismo americano e substituí-lo por um governo democrático de libertação nacional.

Para esta ampla frente única é possível e necessário conquistar as amplas massas juvenis que constituem mais da metade da população brasileira e, pelo seu espírito de luta, tradições democráticas e anti-imperialistas, pelo seu profundo espírito patriótico e de justiça, podem e devem ser ganhas para a frente democrática de libertação nacional. O instrumento que facilita a execução dessa tarefa é o Programa do Partido que toca nas reivindicações fundamentais da juventude e por isso é sensível ao coração generoso dos moços

Que benefícios trará para a juventude o regime democrático popular preconizado pelo Partido dos comunistas? Preconizando a anulação de todos os acordos e tratados concluídos com os Estados Unidos e a confiscação das propriedades e empresas dos americanos no Brasil, o Programa do PCB, levado à prática, livrará nossa mocidade de verter seu sangue nas guerras preparadas pelos americanos e liquidará com a exploração a que estão submetidos os jovens operários que trabalham nas empresas americanas. Reall-

zando uma política de paz e colaboração com todos os povos, o governo democrático de libertação nacional garantirá uma era de paz e felicidade para o nosso povo.

Em um país dominado pelo imperialismo americano e com uma economia atrasada, a vida da juventude é difícil. Os jovens operários, parcela ponderável do proletariado brasileiro (cerca de um quarto) são explorados de forma mais desumana, têm os seus direitos conquistados em duras lutas negadas por todas as formas, lhes é negado o salário igual para trabalho igual (no Distrito Federal o salário-mínimo dos menores é 600 cruzeiros quando o salário-mínimo em geral é 1.200), são obrigados a trabalhar à noite e em indústrias insalubres (o que é proibido), não têm possibilidade de melhorar sua qualificação e instrução (segundo o SENAI, de 200.000 jovens operários só 5.000 frequentaram cursos profissionais, em 1952), além de muitos outros fatos que os jornais nos mostram diariamente. O Programa do P.C.B. prevê a aplicação de uma série de medidas que só trará benefícios diretos aos jovens operários: — salário igual para trabalho igual, jornada de 6 horas para os menores, assistência e previdência social por conta do Estado e dos capitalistas, garantia de livre organização sindical, abolição do trabalho forçado e militarizado (como ocorre nas empresas subordinadas aos ministérios militares), etc. Portanto o Programa do Partido correspondendo aos interesses vitais da juventude operária que tomara como seu o Programa do Partido.

O mesmo se pode dizer em relação aos jovens que vivem no campo. Em um país em que predomina a produção agrícola, é enorme o número

de jovens que vivem no campo, submetidos à mais brutal exploração e opressão dos latifundiários. Sem terra, sem direitos reconhecidos, sem assistência médica, com a aplicação do Programa do Partido a juventude campo, nessa receberá gratuitamente terra como resultado da reforma agrária, terão os jovens assalariados agrícolas assegurada o salário igual para trabalho igual na base do salário dos operários industriais não especializados, anulação das dívidas para com os latifundiários, os usurários, os Bancos, o governo e as companhias imperialistas americanas, receberão crédito barato e a longo prazo para a compra de ferramentas, sementes, inseticidas, etc. Além disso, o Programa prevê a democratização e ampliação da legislação social aos assalariados agrícolas. Por tudo isso o Programa do Partido é o Programa da juventude camponesa.

O governo Vargas, governo de latifundiários e grandes capitalistas serviais do imperialismo americano, seguindo a sua política de entrega total do país aos americanos e arrastado em seu carro de guerra, não presta a menor atenção à questão do ensino, cujas taxas e mensalidades assim como os livros didáticos aumentam o seu preço sem cessar. Ainda há alguns dias vimos os noticiários dos jornais que informavam sobre os pais de família que decimam nas filas às portas das escolas para conseguirem vagas. Isso em plena Capital da República.

O que não ocorrerá em outras cidades e no interior do país? Podemos fazer uma idéia pela notícia publicada num jornal reacionário como o «Correio da Manhã» de ... 27/3/54 que, comentando o «plano» exposto pelo diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, previa uma despesa de 4,8 bilhões de cruzeiros para organizar o ensino primário para 8 milhões de crianças (número muito inferior à quantidade de crianças em idade escolar). Informa o jornal que o governo já gasta 2,4 bilhões, isto é, 50% do mínimo necessário reconhecido por um homem do atual governo. Daí não ser de espantar o número de analfabetos no Brasil, enquanto são gastos milhões para a compra de armas e equipamentos militares. Segundo o deputado federal Leite Neto, um corte de ... 10% nos gastos para a segurança nacional asseguraria 15.000 escolas rurais que atenderiam a 1 milhão de crianças camponesas. Isso no que se refere ao ensino primário, sem levarmos em conta o ensino secundário (segundo dados do governo, em 100 estudantes que iniciam o estudo só 14 o terminam), técnico, superior, etc., onde a situação é a mesma ou pior com os preços exorbitantes

das taxas e mensalidades sempre crescentes, os altos preços dos livros e materiais escolares, etc., que tornam proibitivo o estudo até mesmo para filhos de famílias mais ou menos abastadas. O Programa do PCB toca de fundo nesses problemas: exige o ensino primário obrigatório e gratuito, livros didáticos e materiais escolares a baixo preço fornecido pelo Estado, redução gradativa das taxas escolares, etc.

Aos jovens diplomados nos cursos secundários, técnicos e superiores é garantido emprego, o que não acontece atualmente, assim como estímulo às atividades literárias, artísticas, técnicas e científicas de caráter pacífico, medidas que abrirão amplos horizontes para a atividade criadora de nosso povo

Nosso povo tem uma grande tradição esportiva. Existem milhares de pequenos clubes e milhares de jovens que querem praticar o esporte mas são impedidos devido à ausência de campos de esportes (os que existem e que são alardeados aos quatro ventos são propriedades dos grandes clubes e inacessíveis aos pequenos clubes). A que altura não chegará o esporte em nosso país, quando, aplicando o Programa do PCB, o Estado estimular e proteger os esportes e a educação física, construir campos, estádios e pistas esportivas?

Todas essas reivindicações, além de outras como o direito de eleger e ser eleito a todos os maiores de 18 anos, independente da instrução, sexo, etc., democratização das forças armadas e a possibilidade das praças de pret chegarem ao oficialato, realização de uma política exterior de paz e colaboração com todos os países em igualdade de condições, garantirão um futuro de paz e progresso para o nosso povo. No entanto, todas essas reivindicações só serão satisfeitas com a derubada do governo de traição nacional de Vargas e sua substituição por um governo democrático de libertação nacional, que livre o Brasil do domínio do imperialismo americano e de seus lacaios nacionais, os latifundiários e a grande burguesia ligada ao capital lanque. Para isso é preciso transformar o Programa do Partido em Programa de todo o povo brasileiro e de todas as forças progressistas, democráticas, nacionais e libertadoras. E a juventude é uma parcela importante dessas forças. Mãos à obra, camaradas. Ganhemos a juventude para o Programa do P.C.B., transformemos o Programa do P.C.B. no Programa da Juventude que almeja conquistar dias felizes e radiosos como os já conquistados pelos povos da URSS, China e democracias populares.

A DIREÇÃO COLETIVA, PRINCÍPIO SUPREMO De Direção do Partido

O lançamento do Programa do P.C.B. coloca o Partido diante de novas e maiores responsabilidades perante a classe operária e as grandes massas de nosso povo. O Programa do P.C.B., cujo projeto está sendo amplamente discutido pelos militantes comunistas e, em geral, pelos democratas e patriotas brasileiros, constitui o roteiro claro e seguro que há de conduzir o povo brasileiro a se libertar do jugo dos monopólios norte-americanos e da opressão dos latifundiários, a derrotar o governo de Vargas.

Uma condição é fundamental para que possa o Programa do P.C.B. transformar-se em realidade viva. Esta condição é a existência de um Partido monolítico, centralizado e combativo, mantendo os mais estreitos vínculos de ligação com as massas. Para atingir-se este objetivo torna-se indispensável aperfeiçoar incessantemente as formas e os métodos de trabalho do Partido. Assim é que se faz necessário haver, na atividade de todos os dias dos organismos e militantes do Partido, o mais severo acatamento às normas da vida partidária, a rigorosa obediência às exigências dos Estatutos do Partido, a firme aplicação do centralismo democrático, o exercício constante da crítica e da auto-crítica, a discussão e solução coletivas das questões da vida do Partido.

A direção coletiva — eis o princípio supremo de direção do Partido. O rigoroso respeito a este princípio é uma condição básica para que o Partido possa desenvolver uma atividade normal e eficiente, para que possa colocar-se no seu verdadeiro papel de vanguarda da classe operária e das vastas camadas do povo.

Em que consiste o princípio da direção coletiva? Em submeter à discussão dos membros do Partido, em cada organismo, as questões importantes, que exijam uma troca de opiniões a fim de estabelecer-se um ponto-de-vista comum. Consiste em considerar na mais alta conta as opiniões emitidas pelos militantes, as observações críticas e as propostas feitas em cada organismo. Essas opiniões encerram a sabedoria coletiva, fruto da rica experiência acumulada pelos militantes do Partido em seu contacto permanente com as massas. Consiste em valorizar o trabalho dos organismos partidários, regularizando o seu funcionamento, criando as condições para que, nos Plenos dos órgãos dirigentes ou nas assembleias das organizações de base haja realmente uma participação de todos, e não uma simples e formal aceitação dos informes apresentados. Consiste em estimular por todos os meios o senso de responsabilidade dos militantes do Partido, que não são simples executores de tarefas, mas elementos responsáveis pela elaboração e pela justa aplicação da linha do Partido. Consiste ainda em desenvolver, sem cessar, o exercício da crítica e da auto-crítica em todo o Partido, de alto-a-baixo, especialmente a crítica vinda das bases. Levar à prática o princípio da direção coletiva significa, portanto, realizar plenamente a democracia interna nas fileiras do Partido.

Considerando a imensa importância do princípio da direção coletiva, o projeto de Estatutos do Partido, também submetido ao debate dos militantes comunistas, contém uma série de disposições visando assegurar o funcionamento normal e eficaz do Partido à base do trabalho coletivo dos organismos. A crítica e a auto-crítica são elevadas à categoria de dever dos membros do Partido, e não apenas de um direito. São estabelecidos os prazos que devem existir entre uma reunião e outra dos organismos dirigentes, nos diferentes escalões do Partido. São definidas as tarefas das organizações de base, a cujas assembleias é atribuído um novo e mais relevante papel. É proclamado o direito que cabe aos militantes de dirigir-se a qualquer organismo do Partido, inclusive ao Comitê Central, para apresentar propostas ou fazer observações críticas.

Vigoroso impulso deve ser dado à aplicação do princípio da direção coletiva durante os trabalhos ligados ao IV Congresso do P.C.B. Só assim será possível revelar e extirpar a tempo os erros cometidos, as deformações na aplicação da linha política e as infrações às normas da vida partidária. Só assim se poderá estimular a iniciativa criadora e a atividade dos militantes e de todo o Partido, fazendo avançar como é necessário o processo de formação de novos quadros. Finalmente, só à base de um verdadeiro trabalho coletivo será possível assegurar uma contribuição ampla e proveitosa dos membros do Partido na discussão final do Programa e dos Estatutos do Partido.

A vitória da revolução democrática popular em nosso país exige, como fator básico, um Partido ideologicamente temperado, solidamente unido, combativo e centralizado, intimamente ligado às massas. Mas isto exige, por sua vez, que em cada militante comunista haja a firme disposição de lutar pelo Programa do Partido, fazendo dele carne de sua própria carne. E isto só pode haver existindo uma participação ativa dos militantes da vida do Partido — participação essa que somente pode ser assegurada através da rigorosa aplicação do princípio da direção coletiva.

Sobre os artigos publicados na «Tribuna do IV Congresso»

Os artigos assinados, que saem na «Tribuna do IV Congresso», representam a opinião dos seus autores que, livremente, defendem seus pontos de vista.

Todo membro do Partido tem o direito de colaborar na «Tribuna do IV Congresso» e pode criticar os artigos nela publicados.

AS 15 RECEITAS DO CAMARADA BRANDÃO

Isaac Akcelrud

NA Tribuna do IV Congresso, de seis de março corrente, o camarada Otávio Brandão publica um longo artigo encabeçado pelo título «Na batalha contra o imperialismo americano». Logo de início, o autor nos atrai com uma brilhante promessa: «É absolutamente necessário popularizar o Programa do Partido Comunista e torna-lo uma realidade viva». Em função desse objetivo propõe-se fazer a crítica do trabalho de agitação e propaganda em geral e de nossa imprensa, em particular.

Tais e tão fascinantes são as promessas. Vejamos o que ele nos dá na realidade.

A idéia mais profunda que o artigo nos oferece a respeito do Programa é que «o Programa do Partido Comunista é um passo à frente». Passo à frente em relação a que? a que posição? Passo à frente foi o Manifesto de janeiro de 1948, que assentou um golpe nos desvios oportunistas e indicou o caminho da resistência à agressividade do imperialismo lanque e ao terror policial. Passo à frente, apesar de todos os seus erros esquerdistas, foi também o Manifesto de Agosto, pois foi uma rutura com o reformismo e colocou diante do Partido o problema da luta pelo poder. Será que o Programa é «um passo à frente» da ordem dos manifestos de janeiro de 48 e de agosto de 50?

O camarada Prestes afirma no seu Informe (Problemas, 54, pág. 43) que o Programa abre «uma nova etapa no desenvolvimento de nosso Partido». O Camarada Arruda (VOZ OPERÁRIA, 6-3-54, 3.ª pág.) nos ensina que «O Programa não é um documento qualquer, é o documento básico do Partido... O Programa é muito mais do que um instrumento para a luta contra as falsas tendências passadas ou presentes. O Programa se eleva acima de tudo isto, representa um documento qualitativamente diferente, verdadeiramente científico».

Vejamos como a crítica dá um «passo à frente» guiada pelo camarada Brandão. «Nossa imprensa tinha muitos defeitos... antes do aparecimento do Programa do Partido Comunista... nossa agitação e propaganda, muitas vezes, não era concreta, nem específica... perdia-se em generalidades...»

Tudo pertence ao passado — a imprensa tinha defeitos, a agitação e propaganda não era como deve ser. Isso é que é um «salto»: em pouco mais de um mês, pelo simples efeito da publicação e início da discussão do Programa — as debilidades, incompreensões e defeitos no trabalho desapareceram como por encanto. Haverá maior prova de idealismo do que essa concepção?

Per que nossa imprensa «limitava-se a atacar umas quantas companhias estrangeiras» é que deveria fazer? Atacar os trustes, os espíões e os políticos americanos é um erro?

Sugiro ao camarada Brandão examinar a seguinte questão: Em nossa imprensa encontram-se ataques esparsos, refletindo campanhas isoladas. Suas matérias — reportagens, entrevistas, artigos, etc. — flutuam ao sabor dos acontecimentos, referem-se a fatos consumados e assim ficam no espontaneísmo e na defensiva. Repetem-se chavões e frases estereotipadas e com excessiva frequência não se dá o que é o típico, característico e específico nos temas abordados, o que demonstra falta de pesquisa e de conhecimento das peculiaridades dos fatos e situações que o jornal expõe e comenta. Essas debilidades, em primeiro lugar, são políticas e, em segundo lugar, são profissionais. Elas não serão vencidas apenas com os bons conselhos. O que se exige, agora, de nós, jornalistas, são reportagens, artigos e comentários sobre a realidade viva, com o objetivo de utilizar os fatos e os dados para demonstrar a justiça do Programa e comprovar que o Programa não é apenas justo, não só é justo mas realizável, não só é realizável mas indispensável, serão peças dum ataque conjunto contra o jugo imperialista. Para que se dirija de fato a todas as forças anti-imperialistas e anti-feudais, como exige o Programa, nossa imprensa não somente fará uma oposição consequente ao governo de traição nacional de Vargas como será forçada a abandonar as frases feitas, os chavões. Portanto, somente com a publicação do Programa, poderá nossa imprensa libertar-se das velhas formas de trabalho e passar a trabalhar de forma nova. Assim e somente assim poderá dar «um passo à frente».

Muito nos teria ajudado, principalmente a nós jornalistas, se o artigo tivesse analisado fatos concretos, artigos, reportagens e entrevistas, para mostrar que nossa imprensa não apresenta praticamente nenhuma diferença sensível entre o que era, antes do Programa, e o que é depois da publicação do Programa, fato pelo qual somos inteiramente responsáveis. Não podem satisfazer-nos as generalidades «críticas» do camarada Brandão e muito menos podemos aceitar que nossos erros são águas passadas. «A compreensão e a assimilação das concepções novas do Programa não se farão num abrir e fechar de olhos», diz com razão o camarada Arruda.

O camarada Brandão prefere deixar o Programa de lado e nos dar quinze receitas de sua autoria. Cada receita é um «plano» — plano de fazer greves, plano de fazer passeatas, de fazer folhetos, etc., etc. E para que ninguém tenha dúvida sobre seus conhecimentos teóricos nos dá as «cinco características determinantes do imperialismo segundo Lênin».

Não podemos ficar indiferentes ante o fato de que um homem com as responsabilidades partidárias do camarada Brandão não tome conhecimento da lei econômica fundamental do capitalismo contemporâneo, lei descoberta por Stálin, exposta e fundamentada na sua obra genial «Problemas econômicos do socialismo na URSS» (Problemas, n.º 43, págs. 33/91). Essa omissão mostra que o camarada Brandão está parado, parece não acompanhar o desenvolvimento da ciência marxista-leninista, vive tirando planos de sua própria cabeça, e ainda não se deu conta da importância histórica do XIX Congresso do PCUS.

No fim do longo artigo nada encontramos sobre o Programa do Partido. Ele serviu apenas para fazer vagas referências e servir de pretexto à exposição das receitas do camarada Brandão. Valeria a pena, para isso, ocupar o precioso espaço de mais de meia página da «Tribuna do IV Congresso»? Acaso não temos o direito de exigir que um artigo militante e dirigente contribua para elevar o nível da discussão, que não a puxe para trás, que não a rebaixe às vulgaridades e generalidades idealistas?

Um Passo Fundamental

O articulista de «guinada para a direita» acia necessários certas retificações ou esclarecimentos no projeto de Programa do P.C.B. Parece que ele se cingiu mais a certas formas, não tanto do Programa, mas de sua execução. Diz que haveria o perigo da guinada.

Mas, diante da situação internacional e nacional, qual o problema máximo da nação? Não é tirar o Brasil do campo da guerra e conduzi-lo para o da paz?

Essa política é a mais importante para o baluarte U.R.S.S. e, consequentemente, para todos os povos. Inclusive o nosso. Talvez não se erre em estimar que noventa por cento do povo quer a Paz.

Devemos lembrar as palavras de velhas esposas na Espanha que, no fragor das batalhas, propunham o abandono da frente, para reorganizar a retaguarda...

E esta política de paz está contida no Projeto de Programa do P. C. B., substanciada na Soberania Nacional e Governo Democrático de Libertação Nacional.

Hoje o povo sabe o que quer. Corroborando com isto, basta somar as abstenções com os votos contrá-

rios, nas últimas eleições; é que os pilotes da atual política nacional, diante da incerteza eleitoral, propugnam por «golpes salvadores». Basta ver os últimos movimentos de massa, que não se restringiam apenas a uma fábrica ou empresa. Mas, sim a toda a corporação e também às corporações em conjunto. Que hoje o despertar é Rio, S. Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, o Norte, quando antes era Rio, S. Paulo e Santos como expresso.

A requerida neutralidade das massas parece hoje superada por certa simpatia.

E, no âmbito internacional, puderam transformar o Brasil num baluarte da guerra de invasão na América?

Sob um governo democrático-popular, as massas e a parte da Nação darão execução ao Programa.

Os acontecimentos mostram os rumos. Um povo, nas condições de hoje, que impõe um governo assim, terá condições para a execução do Programa.

Os sindicatos tomarão as suas expressões peculiares. A reforma agrária e outros problemas imediatos tomarão direção.

É certo que o Partido de-

ve estar vigilante com as guinadas para a direita e os desvios de esquerda. E há muito esquerdismo que guinadas para a direita e. Porém, é certo também que o Programa é a corporifica-

ção das aspirações nacionais.

Um passo fundamental é tirar a Nação do campo da guerra.

o) FERNANDO LACERDA

O artigo de Fernando Lacerda é bom para justificar o oportunismo

Ouvi comentários de alguns companheiros sobre o artigo de Fernando Lacerda. Esses comentários despertaram minha curiosidade e levaram-me a procurar a VOZ OPERÁRIA n.º 251 para ler o referido artigo. Lá e achei bastante bom para justificar o oportunismo de certos camaradas que vivem à procura de justificativas ao seu oportunismo.

Surpreende que um Fernando Lacerda, velho militante, procure fazer confusão de coisas, assaz claras.

Quando o projeto de Programa do P.C.B. fala em título, por mais ingênuo que possa ser o leitor, compreende logo tratar-se de representante da classe dominante — a latifúndio — e não da pessoa do estancieiro de Itu, o atual presidente da República.

O camarada Lacerda parece esquecer as condições objetivas do momento, criadas pelo próprio regime, quando aconselha «calma e prudência» na aplicação do projeto de Programa.

As condições subjetivas serão criadas com tanto mais rapidez, quanto mais ousadia e iniciativa tivermos na aplicação do projeto de Programa.

Ainda a derrubada do governo de Getúlio não se compreende a pessoa desse demagogo, mas sim, o representante desse regime de opressão, miséria e traição à Pátria. Claro que se essa derrubada ocorrer durante o período getuliano, tanto melhor. Por isso, creio que a publicação desse artigo foi bastante inconveniente.

Penso que os responsáveis por VOZ OPERÁRIA devem discutir e tomar as necessárias medidas, sempre que um artigo possa trazer confusão. Se meu ponto de vista está (CONCLUI NA PAGINA 8)

LIGAR MAIS O PARTIDO ÀS AMPLAS MASSAS

David Custódio

OS COMUNISTAS e todos os homens avançados de nossa terra comemoram este ano, com o maior entusiasmo, o 32.º aniversário do glorioso Partido Comunista do Brasil.

Há 32 anos surgia no país a única organização capaz em nossa época, sob a influência direta da grande Revolução Socialista de Outubro — de aglutinar em torno do proletariado e conduzi-lo à vitória todas as demais camadas sociais inteiramente no progresso econômico e social do país, na libertação de nosso povo do jugo do imperialismo norte-americano, na substituição do atual governo por um novo governo democrático de libertação nacional.

Desde sua fundação o P. C. B. tem sido alvo de golpes das forças retrógradas de nosso país, representadas pelo governo de latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo norte-americano, no sentido de isolá-lo das forças patrióticas e democráticas não comunistas. Porque a causa pela qual lutam os comunistas corresponde aos interesses das massas por mais feroces que sejam aqueles golpes, jamais a reação conseguiu seu objetivo.

Cresce dia a dia o prestígio do Partido Comunista no seio das grandes massas. Isto se deve a que não existe no país nenhum movimento democrático patriótico que não conte com o apoio decisivo do Partido de Prestes.

Por outro lado, as massas trabalhadoras vão, à base da própria experiência, compreendendo que sem o Partido bar com a fome, o atraso e a Comunistas não é possível a dominação crescente do imperialismo americano. Assim acontece com os mineiros, ferroviários, tecelões, camponeses, mulheres estudantes e jovens trabalhadores de profissões liberais, etc. que, a cada dia que passa e que lutam, mais procuram os co-

munistas em busca de solução para os mais variados problemas.

As lutas da classe operária, por aumento de salários, por melhores condições de trabalho e de vida, por seus direitos sociais e políticos, contra a exploração crescente dos patrões e do governo; as lutas dos camponeses pela terra e contra as explorações dos latifundiários contra o atraso em que vivem e pelo direito de organização rural; as lutas desencadeadas pelo nosso povo em defesa da paz, contra o envio de tropas, contra os «acordos» escravizadores do governo atual; as lutas patrióticas em defesa de nossas riquezas naturais, refletem o descontentamento e o ódio contra o atual regime e o governo anti-nacional e anti-popular.

É num momento de lutas de nosso povo, que o proletariado comemora mais um ano de existência heroica e de combates do seu Partido de vanguarda e que o Comitê Central, dirigido pelo querido camarada Prestes, entregou-nos o Programa do P.C.B., documento de importância histórica na vida de nosso Partido e do povo brasileiro. Este Programa, como diz o camarada Prestes, abre uma nova etapa no desenvolvimento do nosso Partido.

A principal tarefa que apresenta o Programa ao nosso povo é a substituição do atual governo de latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo norte-americano pelo governo democrático de libertação nacional, cujo objetivo primordial deverá ser: libertar o país da dominação do imperialismo americano, realizar uma política de paz e executar transformações democráticas radicais. Assim, o Programa aponta ao povo brasileiro um novo regime de verdadeira democracia.

Para conquistar o novo regime, o regime democráti-

co popular e um governo democrático de libertação nacional é preciso «levantar as massas populares do Brasil — diz o camarada Prestes — para a luta contra o domínio dos imperialistas norte-americanos e as sobrevivências feudais e agrupar em torno da classe operária todas as forças progressistas, democráticas, populares, libertadoras e nacionais do país em uma ampla frente única anti-feudal e anti-imperialista em ampla frente democrática de libertação nacional.

Para que se transforme o Programa realmente em Programa do povo, devemos em cada local discutirlo por várias formas com as massas e abordar cada problema local, de interesse da massa, à luz do Programa. Assim, simultaneamente estamos ligando o Partido cada vez mais às massas.

O Partido é a força fundamental e dirigente. Por isso mesmo, em cada empresa, fazenda, escola, quartel, navio, bairro, etc., é necessário mais do que nunca não esquecermos o genial ensinamento do grande Lênin que o Partido se torna uma força invencível se sabe «ligar-se, aproximar-se, por assim dizer fundir-se, até certo ponto, com as mais vastas massas trabalhadoras em primeiro lugar proletárias, mas também com a massa trabalhadora não proletária.»

Quanto mais ligarmos o Partido com as massas, tanto menor será a possibilidade de êxito da reação em tal ou qual setor de nos isolarmos das massas. Isto não significa que podemos confundir o Partido — vanguarda política de classe do proletariado — com as organizações de massa: sindicatos, organizações camponesas, cooperativas, clubes, associações femininas, juvenis, organizações de defesa da paz e de defesa das nossas riquezas naturais, etc.

Trata-se de apoiar amplamente, unir e reforçar cada vez mais todas as organizações de massas no fogo das lutas específicas, de acordo com o programa de cada uma delas. Não devemos querer impor o nosso ponto de vista às massas. Explicar-lhes pacientemente e incansavelmente os nossos pontos de vista em relação com problemas concretos, que elas sejam capazes de compreender, deve ser o método. Não devemos alertar as massas quando porventura estiverem sendo enganadas e conduzidas por um caminho errado, isto é, que na correspondência aos seus interesses de classes. Aí está a necessidade de conhecermos todos os problemas que sente a massa em cada lugar e ter clara a solução a indicar. Isto implica a urgente necessidade de cada um de nós conhecer e dominar o Programa, porque ele apresenta a solução para todos os problemas que afligem o nosso povo.

Armados com o Programa do Partido Comunista, cada um de nós não pode deixar esforços para fazermos do nosso Partido um verdadeiro Partido de massas, capaz de arrastar consigo mais e mais milhões de trabalhadores. Para tal, é preciso manter os mais amplos vínculos, fortalecer a cada dia tais vínculos, saber escutar atentamente a voz das massas e compreender-lhes as necessidades mais prementes, procurando não só «ensinar às massas», — nos ensina o camarada Stálin — mas também aprender com elas.»

Aprendendo o Programa com convicção o Programista, daremos a maior contribuição para que o Partido Comunista conquiste cada vez mais a confiança das massas e as dirija vitoriosamente pelo caminho das árduas lutas para a conquista da paz, da liberdade, da independência nacional e por um governo democrático de libertação nacional.

Fernando Lacerda Faz o Jogo Dos Americanos.

J. QUINTINO DE CARVALHO

Está claro que Fernando Lacerda empreende, abertamente, a luta contra o Programa do Partido. Com esse objetivo recorre à mistificação, à deturpação torpe das palavras tão claras do Programa e, não contente, vai buscar a vaca brava no curral do Sr. Domingos Vellascos, transformando-a em «argumento» em defesa de suas teses indefensáveis.

Fernando Lacerda pretende, no final das contas, retirar do Programa a palavra de ordem de derrubada do governo de Vargas (VOZ OPERÁRIA n.º 251) e justifica esta posição suspeita com uma infernal confusão em torno de que seria aquela palavra de ordem uma «diretiva de ação imediata» — e, portanto, inexequível. O camarada Grabois (VOZ OPERÁRIA, n.º 252) deafez toda essa confusão mostrando que Lacerda pretende retirar do Programa seu conteúdo revolucionário, transformando-o, na prática, em um documento vazio de objetivos.

Em apoio de sua tese, bertrandamente oportunista — por que não dizer desonestista? — afirma Lacerda, referindo-se à palavra de ordem de derrubada do governo de Vargas:

«... a formulação me parece má, porque entre os golpes que ameaçam o povo brasileiro, se conta o de um novo 29 de outubro de 1945... Novo 29 de outubro que se prepara com mais cuidados e menos apêchacos que o de 1945, mas seguramente, com fins mais ditatoriais e terroristas contra o povo.»

Em poucas linhas: a palavra de ordem revolucionária do Programa «parece má» a Lacerda porque viria irritar a vaca brava americana, cuja fúria seria, desta vez, «mais ditatorial e mais terrorista contra o povo». Adiante, continua ele:

«Se, pois, lançarmos como diretiva de ação imediata, a palavra de ordem de «derrubar Vargas», nós não alimentaremos apenas as tendências e ilusões putchistas de certos demeratas e patriotas e de importantes massas que os escutam. Nós faremos, também, o jogo dos laços dos janques, dos Carlos toalha e comparsas e do próprio Vargas...»

E conclui o longo artigo, pedindo a retirada daquela palavra de ordem e dizendo:

«Julgo que, assim, não daremos alimento nenhum aos putchistas «salvadores» e histéricos, nem seremos utilizados pelos vis lacaios do pior inimigo de nossa Pátria.»

Aqui, a questão da «diretiva de ação imediata», em torno da qual Lacerda revela-se um mestre na «arte», de tergiversar, entra como simples mistificação, com a

qual pretende, farsaisicamente mascarar suas intenções. Não está claro, pois, que, a pretêxo de combater imaginários «delírios esquizofrênicos» Lacerda não faz mais do que justificar e alimentar o mais vergonhoso oportunismo nas fileiras do Partido? Não está claro que Lacerda procura assustar os vacilantes, os portadores da ideologia pequeno-burguesa apontando-lhes o espantoso da vaca brava americana e pondo-os em guarda contra o Programa do Partido? Não é essa «tese» parenta da «tese» do renegado Crispim, segundo a qual nossa luta de libertação nacional está fadada ao fracasso diante do «poderio» americano que, «fatalmente», interviria no Brasil?

Fernando Lacerda vai mais longe, no seu afã de preservar o governo de Vargas, o que significa preservar o instrumento da dominação americana no país. Chega ao ponto de insinuar, com manha jesuítica, pretensas contradições entre o governo de Vargas e o imperialismo yanque, profetizando o surgimento de uma situação semelhante à de setembro-outubro de 1945, quando Getúlio cedia ao povo e foi posto abaixo por um golpe tramado em Washington. Contra todas as evidências, mostra uma tal situação como estando em desenvolvimento e aponta-lhe os «sintomas»:

«Vargas aparece como «vítima» de tal golpe... Os trustes e o governo dos Estados Unidos mal escondem sua desconfiança ante as cínicas e aventureiras demagogias de Vargas, apesar das curvaturas de espinha deste último às ordens arrogantes dos amos de Wall Street.»

E acrescenta, com falsa ironia:

«Ele se oferece aos tubarões yanques para ser aqui seu ditador... e os demônios atômicos o desprezam...»

Para Lacerda, portanto, não se trata de derrubar o governo de latifundiários e grandes capitalistas «instrumento útil e necessário» dos imperialistas americanos, governo cujo servilismo incondicional aos patrões yanques não passa, para ele, de simples «curvaturas de espinha». Trata-se, pelo visto, de «preservar» o governo de Vargas contra um golpe do imperialismo — que seria o «mal malco». Trata-se pelo visto, de que falar em derrubada do governo de Vargas significa levar água ao moinho dos imperialistas americanos, significa «fazer o jogo» dos yanques!

Na minha opinião isso já passa de oportunismo. Isso já é luta aberta e desonestista contra o Programa do Partido, contra o Partido. Isso é, precisamente, fazer o jogo dos imperialistas americanos. Bahia, 17 de março de 1954.

O Programa do Partido E o Salário-Mínimo Vital

Manuel Ferreira

COM a publicação do Programa do nosso Partido, apresentam-se diante de nós duas tarefas de importância fundamental. A primeira consiste em ganhar todo o Partido para a luta pelo Programa. A segunda se refere à transformação do Programa do Partido em Programa de luta das mais amplas massas e dos setores democráticos, progressistas, libertadores e nacionais de nossa Pátria. A explicação minuciosa e aprofundada de cada ponto do Programa é por sua vez indispensável para o êxito de ambas essas tarefas.

Vejam os aqui uma questão do mais alto interesse para a classe operária e que o Programa aborda no seu ponto 31, ao estabelecer: «Fixação do salário-mínimo vital que assegure condições de vida normais e humanas para os operários e suas famílias em todo o país.»

Para compreender o alcance do que deverá ser o salário-mínimo vital no regime democrático-popular é necessário examinar o que tem sido o salário-mínimo dos operários no atual regime feudal-burguês. É indiscutível que a esmagadora maioria dos trabalhadores brasileiros jamais conheceu o salário-mínimo vital. Os salários pagos pelos patrões, excetuando para uma diminuta parcela de operários, são sempre salários muito abaixo do valor da força de trabalho. A partir de 1940, o governo brasileiro começa a fixar salários-mínimos oficiais. Mas o faz evidentemente em benefício dos patrões e não dos operários, como costuma anunciar a sua propaganda demagógica. O salário-mínimo oficial tem sido até hoje uma arma do governo para legalizar os baixíssimos salários que permitem aos patrões, sobretudo aos grandes capitalistas brasileiros e aos imperialistas norte-americanos, a obtenção de lucros fabulosos. A fixação do salário-mínimo oficial num nível muito abaixo do vital, do que é realmente indispensável para a vida da família operária, afeta, está claro, não só a grande massa de trabalhadores que ganha pelo salário-mínimo, mas também aos demais setores da classe operária cujos salários são um pouco mais elevados em virtude da sua qualificação profissional. Vê-se assim que a questão do salário-mínimo vital interessa a todo o conjunto da classe operária.

Desde que o governo brasileiro começou a fixar oficialmente o salário-mínimo, ficou claro para todos que não se tratava do salário-mínimo vital. As Comissões designadas para elaborar os projetos de salário-mínimo esquecem totalmente a série de necessidades dos trabalhadores como por exemplo a de compra de remédios, e diminuem maliciosamente os gastos comuns com outras necessidades como, por exemplo, as de transporte e alugueis. Além disso, tais comissões tipicamente patronais calculam o salário-mínimo na base de um operário individual e não de sua família, escondendo o fato de que normalmente todo operário é obrigado a sustentar algumas pessoas da família que, por velhice ou pouca idade, não são capazes de trabalhar. Assim, o salário-mínimo inventado por Getúlio e aplicado até hoje não é um salário-mínimo vital, mas um salário-mínimo de fome.

O incessante crescimento da carestia de vida no Brasil tem implicado, como era inevitável, numa desvalorização paralela dos salários. Embora após grandes lutas e sacrifícios, tenham os operários obtido neste ou naquele ano certos aumentos de salários, esses aumentos ficam sempre muito longe dos aumentos havidos nos preços dos artigos de consumo. A desvalorização dos salários em geral se reflete muito especialmente nos salários-mínimos. O governo de Dutra e depois o governo de Getúlio decretaram aumentos do salário-mínimo, mas os salários-mínimos mesmo aumentados correspondiam a salários reais mais baixos. Dutra e Getúlio legalizaram assim uma situação de fome e de miséria ainda mais agudas nos lares dos trabalhadores.

Assistimos agora a demagogia de Getúlio e de Jango Goulart em torno da fixação do novo salário-mínimo. Getúlio prometeu 2.400,00 cruzeiros para os operários cariocas, mas já recuou para 1.600,00 ou 1.700,00. Afora isso, os pa-

A «PILULA DOURADA» DO CAMARADA FERNANDO LACERDA

(Conclusão da 4.ª pag.)

o camarada Lacerda parece acreditar ser mais viável, isto é, o golpe, putch, etc. A solução é um novo governo, um governo democrático de libertação nacional, que liberte o Brasil do jugo norte-americano e da dominação dos latifundiários.

Este negócio de todo um palavreado para fazer uma sugestão de mudar algumas palavras, que à primeira vista não têm maior importância, já é conhecido. Diz um nosso mestre que «incompreensão» em certos camaradas mesmo dirigentes é sintomático, encobre o oportunismo, o medo das massas, da revolução. Este me parece o caso do camarada Fernando Lacerda. O caso pegou na DERRUBADA DO GOVERNO!

É comum se dizer que a autocritica começa com as palavras e depois os atos. Se isto tem acontecido comigo, que sou militante de uma organização de base, muito mais cabe ao camarada Fernando Lacerda.

São Paulo 11/3/54

B. MARANHÃO

trões já se aproveitaram do fato para preceder o novo salário-mínimo com vantajosos aumentos nos preços de suas mercadorias. Já é uma política consagrada pelas classes dominantes no Brasil a de fazer dos aumentos de salários pretextos para aumentos de preços, mas sempre em tal proporção que estes últimos sejam maiores do que os primeiros, deixando margem para engordar ainda mais os lucros. Nessa tática são useiros e vezeiros em particular as empresas americanas e, em primeiro lugar, a Light. O governo de Getúlio, através dos seus ministérios e das comissões de preços, protege descaradamente essas manobras de extorsão dos últimos recursos das grandes massas.

Completamente diverso será o salário-mínimo vital no regime democrático-popular.

O salário-mínimo vital no regime democrático-popular será fixado após ampla consulta aos operários em todo o país. Os Sindicatos participarão ativamente na elaboração dos níveis do salário-mínimo vital. Este levará em conta as necessidades não só do operário individualmente, mas as necessidades de uma família trabalhadora média. O regime democrático-popular deverá encarar essas necessidades com o objetivo de que realmente as famílias dos operários brasileiros tenham o conforto necessário para levar uma vida digna, no que se refere à alimentação, moradia, educação dos filhos, transporte, remédios, roupas, diversões, calçados, etc. Na fixação do salário-mínimo vital serão sempre levadas em conta as condições de vida peculiares de cada cidade ou de cada região, que frequentemente implicam em variações nos gastos para satisfazer esta ou aquela necessidade dos trabalhadores. A fixação do salário-mínimo vital beneficiará igualmente os operários qualificados, cujos níveis de salário se elevarão.

A questão do salário-mínimo vital no regime democrático-popular não pode ser vista, porém, isoladamente. É preciso conjugar a fixação do salário-mínimo vital a outras medidas de igual importância, que o governo democrático de libertação nacional aplicará. Entre essas medidas figuram o desenvolvimento da produção industrial e agrícola, o controle dos preços, principalmente dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Isso será acompanhado por medidas que farão cessar a inflação e que sanearão definitivamente as finanças do país. Está claro que o desenvolvimento da produção, o controle dos preços e uma moeda valorizada conduzirão à valorização dos salários reais, ao contrário da vertiginosa desvalorização que se observa no atual governo de Vargas, servicial do imperialismo norte-americano.

Uma outra medida de grande importância, que o Programa do Partido fixa no seu ponto 19, é a que se refere à construção de casas dignas e baratas para a população trabalhadora. No seu ponto 35, o Programa do Partido estabelece que a previdência social será feita por conta do Estado e dos capitalistas e que os Institutos e Caixas de aposentadorias e pensões serão administrados e controlados pelos Sindicatos. Temos aí outras medidas que o governo democrático de libertação nacional aplicará e que representarão na prática uma elevação dos salários-mínimos vitais e dos salários em geral. Ao lado dos aumentos de salários, estas medidas contribuirão diretamente para elevar o poder-aquisitivo das massas.

Podemos assim constatar a imensa significação do salário-mínimo vital para a classe operária, no futuro regime democrático-popular. É necessário que o compreendam todos os militantes do Partido e que saibam explicar, com argumentos tirados das condições concretas de cada local, aos trabalhadores de todo o país. Dessa maneira, demonstraremos, sem margem para contestação, o que afirma o camarada Prestes no seu último Informe: «O projeto de Programa destaca com especial atenção toda uma série de medidas práticas importantes para que seja resolvida a situação aflitiva, de opressão, exploração, miséria e fome em que se encontra a classe operária. O futuro governo democrático de libertação nacional tem como um dos seus objetivos primordiais melhorar radicalmente as condições de vida da classe operária.»

Os trabalhadores brasileiros se mobilizam agora para a luta por um novo salário-mínimo que compense ao menos as elevações mais recentes dos preços dos artigos de consumo. Aos comunistas cabe ocupar a vanguarda nessa luta, defendendo os interesses imediatos da classe operária e ao mesmo tempo cumprindo o dever de educá-la politicamente, o que no momento atual significa antes de tudo ganhá-la para a luta pelo Programa do Partido. A fim de cumprir esta tarefa os comunistas encontrarão as melhores armas nos argumentos que se referem a cada ponto concreto do Programa. Num momento em que os trabalhadores brasileiros se voltam para a luta por um novo salário-mínimo é nosso dever contribuir para a vitória dessa luta, sem entretanto deixar de explicar em todas as oportunidades que unicamente um regime democrático-popular haverá de assegurar, de fato, um verdadeiro salário-mínimo vital para a classe operária.

O ARTIGO DE FERNANDO LACERDA É BOM PARA JUSTIFICAR O OPORTUNISMO

(Conclusão da 3.ª pag.)

errado, espero que os camaradas me esclareçam, porém, penso ser justo evitar trazer confusão aos companheiros mais débeis.

Sei também que o artigo foi criticado, porém, nem todos leram os dois artigos, ficando, os que somente leram o do camarada Lacerda, certos de que devem calar-se quando se fala em derrubada do governo de Getúlio e, isso não só não é justo, como também prejudicial. a.) A. G. Neto — São Paulo, 18-3-54.

das finanças nos novos Estatutos do Partido

Li com atenção o projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil...

As considerações por mim apresentadas estão, a meu ver, dentro do campo da evolução da própria marcha da nossa força política...

Item 8 - Sugiro que a redação deste item seja a seguinte: será afastado temporariamente do Partido todo membro que durante seis meses deixar de pagar as contribuições...

Item 42 - Sugiro que a redação inicial seja: realizar trabalho de educação política e propaganda, etc.

cial, quando o nosso intuito é político e de educação das massas.

Item 50 - Tomando-se em consideração o momento atual de desequilíbrio econômico e para evitar exploração dos inimigos do povo...

a) - Diaristas, contratantes, vendedores, tarefeiros etc., paguem na base de Cr\$ 20,00 mensais; b) - mensalistas até Cr\$ 2.000,00 - Cr\$ 25,00 mensais; c) - de Cr\$ 2.001,00 a Cr\$ 3.000,00, Cr\$ 30,00 mensais; d) - de Cr\$ 3.001,00 a Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 50,00 mensais; e) - de mais de Cr\$ 5.000,00 pagam em base superior a Cr\$ 100,00 mensais.

A questão financeira é por mim considerada de muita importância. Digo com base absoluta e atualmente marchamos com a experiência de nossa vida passada.

Recife, 10 de março de 1954.

a) - PARA ASSO.

É UMA HONRA SER AGITADOR DO PARTIDO

Quando divulgarmos a carta consideramos indispensável esclarecer a questão levantada pelo leitor na sua proposta relativa ao artigo 42 dos Estatutos.

O leitor comete grave erro ao fazer confusão em torno do significado do termo agitação. Revelando estar seriamente influenciado pela propaganda e as provocações do inimigo...

Que é agitação? É uma das armas mais poderosas que tem em suas mãos o Partido para mobilizar as massas...

agitação política diária e combativa, não será possível despertar as massas para a luta pelos seus interesses vitais...

O leitor apresenta a agitação e a propaganda como coisas antagônicas. Mas isto não é exato. Tanto a agitação como a propaganda são instrumentos que servem à mesma causa: à luta contra os opressores e exploradores do povo.

Tanto o camarada Prestes como o camarada Arruda encarecem a necessidade de se desenvolver a luta interna no Partido.

Para o desenvolvimento da luta interna no Partido, tendo por objetivo a sua purificação política e ideológica...

Na qualidade de militante comunista e ao ler da VOZ OPERÁRIA tenho lido e meditado sobre os artigos e as críticas.

Todos nós somos membros do Partido, eu, o camarada Fernando, e o camarada Agostinho e por isto temos os mesmos direitos e deveres.

A «pílula dourada» de Fernando encobria coisa mais profunda, porque ele foi em cima do problema fundamental de toda revolução: a tomada do poder.

Começa dourando a pílula, citando trechos do Informe do camarada Prestes, ao apresentar o projeto de Programa...

SÔBRE O EMBLEMA DO PARTIDO

Ao ler o suplemento de VOZ OPERÁRIA, nº 244, fiquei surpreendido por não constar do projeto de reforma dos Estatutos do P.C.B. o art. 3º dos Estatutos anteriores...

Diz o art. 3º dos Estatutos anteriores:

«O emblema do Partido Comunista do Brasil é constituído pela representação de uma foice e um martelo cruzados, no campo de um círculo, acima da legenda, inscrita em quarto de coroa: Partido Comunista do Brasil.»

Proponho, também, que o art. 43 do projeto de reforma dos Estatutos determine

o número máximo de membros da organização de base, em vista de citar um secretário de três elementos para dirigir um número ignorado e especificar um secretário para dirigir sete membros.

Imbituba, Santa Catarina, 21 de fevereiro de 1954. a) - R.S.

EMBLEMA DO PARTIDO NÃO É QUESTÃO ESTATUTÁRIA

A questão do emblema do Partido não é uma questão estatutária. Os Estatutos constituem a lei interna do Partido, onde estão fixadas as normas da vida partidária...

Inclusive o Partido Comunista da União Soviética.

Quanto à segunda questão suscitada por R. S. - embora se trate de uma proposta, que deve por isso mesmo ser considerada - esclareceremos que seria impossível limitar-se nos Estatutos o número máximo de membros da organização de base.

versas de trabalho em cada organismo, etc. Estabelecem os Estatutos a eleição de um só secretário para a organização de base que tenha até 7 membros...

A agitação não é, portanto, uma tarefa qualquer, que se pode cumprir de qualquer modo, sem se obedecer a uma série de exigências.

Quando, portanto, o leitor atribui à agitação um sentido «policia», ele revela estar fortemente influenciado pela propaganda dos inimigos do povo...

OBSERVAÇÕES SÔBRE o Projeto de Estatutos

O PROJETO DE ESTATUTOS, uma vez aprovado passa a ser um conjunto de LEIS que REGEM a vida de cada militante e de todo o Partido...

Sinto na prática, também, o quanto é prejudicial para o bom desenvolvimento do Partido, especialmente no interior do país, a hostilidade à religião...

Em face disso, acho que também seria bom e necessário que o Projeto de Estatutos tivesse um dispositivo mandando proibir essa posição tomada inconscientemente...

a) F. A. CUNHA - São Paulo, março de 1954.